



## A URBANIZAÇÃO DO AMAZONAS NO PRESENTE: A MANUTENÇÃO DA PRIMAZIA URBANA DE MANAUS

*The Urbanization Of Amazonas In The Present: Maintenance Of The Urban Primacy Of Manaus*

### **Norma Maria Bentes de Sousa**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Manaus, AM, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1383808491474419> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9544-2765>

E-mail: [bentesn@hotmail.com](mailto:bentesn@hotmail.com)

Trabalho enviado em 17 de maio de 2021 e aceito em 18 de julho de 2021



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 14, N.03., 2022, p. 1906 - 1964.

Norma Maria Bentes de Sousa

DOI: [10.12957/rdc.2022.59869](https://doi.org/10.12957/rdc.2022.59869) | ISSN 2317-7721

## RESUMO

A inserção subordinada do Estado do Amazonas na divisão regional do trabalho, via especialização monoprodutiva configurada no empreendimento Zona Franca de Manaus (ZFM), foi ditada pelos centros dominantes, localizados nas escalas nacional/global. O objetivo deste artigo é entender o processo de urbanização no estado do Amazonas no contexto da industrialização incentivada pelo Estado, via modelo ZFM. A pesquisa utilizou dados secundários, dos censos demográficos e das pesquisas econômicas do IBGE, referentes ao período da urbanização com industrialização (1967–2014). A análise identificou fatores responsáveis pela concentração da urbanização (e da riqueza) sob a dominância da ZFM: baixa articulação da principal atividade econômica — a industrial, localizada em Manaus, — com as demais frações do território amazonense; crescente migração da população dos municípios do Amazonas para a capital estadual; e manutenção da rede urbana dendrítica. A produção industrial transplantada, centrada nas etapas produtivas finais e pouco articulada com a produção regional, promoveu ao longo do tempo o esvaziamento demográfico-econômico dos demais municípios amazonenses e reforçou uma urbanização “voltada para trás”, a da primazia urbana de Manaus. Nesse processo, a capital amazonense constituiu-se no espaço mais urbanizado da Amazônia, consolidando-se como metrópole regional e demonstrando, em última instância, que o comando e as decisões sobre o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas continuam sendo externos a esse espaço sub-regional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Urbanização. Estado do Amazonas. Manaus. Zona Franca de Manaus. Industrialização.

## ABSTRACT

The subordinate integration of the Amazonas State (Brazil) in the regional division of labor, which took place via monoproducent specialization as embodied by the Manaus Free Trade Zone (MFTZ) enterprise, was dictated by the dominant centers on the national/global scale. This paper aims to understand the process of urbanization in the Amazonas State in the context of the industrialization encouraged by the State, via the MFTZ model. The study makes use of secondary data from demographic censuses and IBGE economic surveys concerning the urbanization–industrialization period (1967–2014). The analysis identifies factors responsible for the urbanization (and wealth) concentration within the sphere of MFTZ dominance: the weak integration of the main economic activity — the industrial activity in Manaus — with the remainder of the Amazonas State; increasing



migration to the state capital Manaus from other municipalities of the Amazonas State; and maintenance of the dendritic urban network. The transplanted industrial activities, focused on the final production stages and poorly integrated with the regional production, have over time promoted a demographic and economic draining of non-capital Amazonas municipalities and reinforced a “backward-oriented” urbanization process in Manaus, reflecting its urban primacy. In this way, the state capital of Amazonas became the most urbanized space in the Amazon region, consolidating itself as a regional metropolis, and ultimately showing that the command and the decisions on the socioeconomic development of the Amazonas State remain external to that sub-regional space.

**KEYWORDS:** Urbanization. Amazonas State (Brazil). Manaus. Manaus Free Trade Zone. Industrialization.

## INTRODUÇÃO

Passado meio século desde a implantação do Zona Franca de Manaus – ZFM na Amazônia Ocidental ou, mais especificamente, no estado do Amazonas, muitas questões se colocam quanto aos benefícios e impactos alavancados pelo projeto de desenvolvimento que ainda hoje se encontra em curso nessa sub-região amazônica.

Parte-se do pressuposto que o advento da ZFM no contexto das políticas de integração da Amazônia ao desenvolvimento capitalista do país conforma o segundo mais importante momento de urbanização dessa unidade da federação desde o período conhecido como ciclo da borracha (final do século XIX). Assim, entre 1970 e 2010, desencadeou-se uma dinâmica de urbanização sintonizada ao movimento de integração econômica em curso na escala regional e, de forma particular, ao movimento mais amplo de transição demográfica com a preponderância da cidade como *locus* preferencial de moradia da população brasileira.

Vários autores estabeleceram a ZFM por objeto de estudo; abaixo elenco alguns deles. Bentes (1986) enfatizou a dinâmica migratória no Amazonas com o advento da ZFM. Pinto (1987) abordou-a enquanto modelo produtivo do capitalismo brasileiro e supranacional. Por sua vez, Scherer (2005) analisou o trabalho precário e o desemprego na vigência desse modelo de produção. Valle (2007) refletiu sobre a reestruturação produtiva e as mudanças na produção/gestão do trabalho das indústrias da ZFM. Seráfico (2011) estudou o papel do empresariado local na criação da ZFM. Bispo (2009) evidenciou como é feita a distribuição das riquezas no âmbito da produção

industrial incentivada. Finalmente, Mendonça (2013) enfocou as decisões para as prorrogações dos seus incentivos fiscais.

Este artigo busca focar um ângulo ainda pouco estudado, que é o impacto do modelo produtivo da ZFM no processo de urbanização do estado do Amazonas. Desse modo, o que se pretende é avançar na compreensão desse processo em âmbito estadual, entendendo-o como um dos principais desdobramentos da implantação da ZFM no território amazonense, no sentido de contribuir para superar as lacunas existentes no estudo da temática. Em última instância, a pretensão é formular subsídios para captar uma das mais importantes dimensões da dinâmica regional, que é a urbanização da Amazônia.

Nesse sentido, entender o processo de urbanização no estado do Amazonas no contexto da industrialização incentivada pelo Estado, via introdução do modelo da Zona Franca de Manaus – ZFM, é o objetivo deste trabalho.

Para alcançar esse objetivo, inicialmente foi examinada a ZFM no contexto das políticas desenvolvimentistas, a preponderância da atividade industrial fortemente localizada em Manaus e a urbanização como estratégia de incorporação da Amazônia ao desenvolvimento capitalista.

Posteriormente, na segunda parte, analisou-se a dinâmica econômica dos municípios amazonenses entre 1970 e 2010<sup>1</sup> para verificar a participação destes na produção da riqueza estadual, evidenciando os impactos das atividades incentivadas pela ZFM no desenvolvimento econômico do Amazonas.

Na terceira parte, o foco foi na dinâmica demográfica do Amazonas, com ênfase no crescimento da população e sua composição no período 1970–2010, identificando a importância da **migração**, a origem dos migrantes e sua distribuição no território amazonense, cujo destino preferencial tem sido a capital estadual.

Na quarta parte, verificou-se a conformação da rede de cidades do estado do Amazonas, sob o comando da atividade industrial incentivada pela ZFM, enfocando o padrão de localização dos núcleos e o crescimento do número e do tamanho das cidades; além disso, um enfoque especial foi dado ao advento da criação da Região Metropolitana de Manaus (RMM).

Nas Considerações Finais, foram feitas reflexões sobre as contradições desencadeadas pela ZFM para o desenvolvimento socioeconômico e territorial do estado do Amazonas, que reforçou a

---

<sup>1</sup> Apesar da fase da integração produtiva regional ocorrer de 1960 até meados de 1980, conforme Guimarães Neto (1997), optou-se por esse período pelo fato de os incentivos fiscais da ZFM terem sido prorrogados diversas vezes, estando vigentes até os dias atuais, e a atividade econômica incentivada, baseada no modelo de industrialização transplantada, constituir-se, ao longo dessas quase cinco décadas, de forma incontestável, na principal determinação do processo de urbanização do Amazonas.

primazia urbana de Manaus, consolidando-a como metrópole regional e transformando a capital amazonense no espaço mais urbanizado da Amazônia.

## **1. PROJETO DESENVOLVIMENTISTA DE INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA E A URBANIZAÇÃO: ZFM E ÊNFASE NA ATIVIDADE INDUSTRIAL**

O processo de desenvolvimento regional no Brasil relaciona-se, conforme Furtado (2013), às decisões tomadas por agentes diante das estruturas existentes. Nessa interação entre decisões e estruturas, foram concebidas estratégias de desenvolvimento relacionadas à inserção do país em uma dinâmica mais ampla da acumulação capitalista.

No contexto da integração do mercado nacional, quando se buscou superar as limitações e fragilidades de interações que marcavam as relações entre as regiões brasileiras, estabeleceram-se políticas de desenvolvimento para as macrorregiões periféricas ao centro decisório (econômico e político), incluindo-se a Região Norte, aqui denominada também de Amazônia. Nesse contexto, no decorrer do período de 1930 a 1980, buscou-se a integração econômica da Amazônia<sup>2</sup>.

Durante o governo militar, iniciado com o Golpe de 1964, a Amazônia foi cindida em duas grandes áreas para fins de execução do planejamento governamental. Com base no Decreto-Lei 291/1967, o Governo Federal estabeleceu a Amazônia Ocidental, formada pelos estados do Amazonas e Acre e os territórios de Roraima e Rondônia. A Amazônia Oriental foi definida por exclusão, sendo formada pelo estado do Pará e o território do Amapá.

Outros elementos se colocavam no cenário dos interesses militares na região. Havia a preocupação com a proteção das fronteiras brasileiras, associadas ao diagnóstico de vazio demográfico na Amazônia, pois a existência da população indígena era desconsiderada. Focos insurrecionistas ocorridos nos países da América Latina, na visão militar, colocavam a região amazônica como porta aberta do Brasil a essas possibilidades, uma vez que, no contexto mais amplo, vivia-se sob a polarização da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. Conforme destaca Oliveira (1994),

---

<sup>2</sup> Tendo em vista que o objetivo do trabalho é avaliar os impactos da ZFM sobre o processo de urbanização do Amazonas, o período histórico foco da análise será contado a partir da implantação do referido empreendimento econômico (1967), mas se tem claro que as iniciativas de integração da Amazônia ao mercado nacional iniciaram ainda na década de 1930.

[a] síntese da “intervenção” pode ser resumida em tamponar fronteiras, vulneráveis tanto pela sua rarefação demográfica quanto por estarem habitadas por indígenas, “menores de idade”, definidos assim pela própria Constituição e pela longa prática da relação entre “civilizados” e as nações indígenas, prática e teoria às quais não faltava a legitimidade “científica” de uma antropologia tradicional que considerava os índios como faltos de história, portanto sem passado, sem presente e sem futuro (o que relembra a Conquista original) (OLIVEIRA, 1994, p. 5).

Por outro lado, uma dimensão importante desse processo de incorporação da Amazônia à economia de mercado são as conexões entre o desenvolvimento (capitalista) concretizado na região e o processo de urbanização. Para Becker (1990), a mediação do urbano foi estratégia utilizada pelo Estado para promover a rápida ocupação regional no contexto das políticas desenvolvimentistas implementadas na Amazônia no período da integração produtiva.

Essa compreensão das mudanças que passaram a ocorrer na região a partir de então originou a tese da Amazônia como *fronteira urbana, uma fronteira ainda não totalmente estruturada e, por isso, prenhe de possibilidades* (Becker, 1990, grifo meu).

A Amazônia, nessa perspectiva, seria um espaço novo, uma frente de expansão, de ocupação, ainda não plenamente estruturada, e, por isso, passível de gerar novas realidades. Assim, a região é concebida como fronteira para o avanço do capital, para a constituição de novas relações de produção, contando para isso com a importante ação estatal.

Nessa ação do Estado, conforme Becker (1990), o urbano é colocado como condição importante para a apropriação/transformação do território, tendo em vista sua incorporação ao avanço das relações capitalistas na região.

Na produção do espaço do capital “é pela mediação do urbano que o Estado opera a gestão/produção do espaço global” (BECKER, 2003, p. 651), viabilizando a produção/consumo de mercadorias em níveis cada vez mais altos e generalizados na escala do globo terrestre, em todos os quadrantes do planeta, e criando, em última instância, um espaço global para o capital.

O entendimento da “Amazônia como fronteira urbana” é referendado por autores regionais como Trindade Junior (1998) e Oliveira (2000), que têm se dedicado ao estudo do fenômeno da urbanização na região.

Em suas pesquisas, Trindade Junior (1998, 2000, 2010) discute um movimento de urbanização mais complexo, o da metropolização na Amazônia, adotando o mesmo entendimento de Becker (1990), da região como *fronteira econômica*. O autor vincula a urbanização da região ao processo de industrialização do país, no qual é inserida como fronteira econômica e viabilizadora de recursos para a economia nacional e de exportação.

Assim, a urbanização seria parte dessa dinâmica imposta à Amazônia pela sua importância na estruturação do espaço regional, daí a região ter se urbanizado antes de sua expansão agrícola. No período de 1970 a 1980, as taxas de urbanização desse espaço subnacional foram superiores às do país, com 90,2%, seguido do período de 1980 a 1991, com 83,7%. Nos mesmos períodos, a taxa de urbanização no Brasil foi de 83,7% e 83,6% respectivamente, fato que não ocorreu somente com a população, aumentando também o número de cidades (TRINDADE JUNIOR, 1998).

Por sua vez, Oliveira (2000) também compreende pela abordagem da fronteira as mutações na Amazônia a partir de 1960, identificando o Estado como seu principal promotor por seu papel na produção do espaço criador das condições gerais para a reprodução do capital em território privilegiado à sua expansão. Nesse aspecto, analisa que essa expansão capitalista na fronteira é prenhe de “contradições ligadas à dinâmica da mundialização, à estratégia geopolítica do Estado, visando promover a integração nacional e as especificidades da própria região” (OLIVEIRA, 2000, p. 182).

Um aspecto interessante da análise de Oliveira (2000) diz respeito ao processo de avanço do “capitalismo dependente” na região que ocorreria com ou sem ditadura militar, pois algumas dessas ações advêm de períodos anteriores a essa forma de governo. Este fato, conforme o autor, só demonstra que a estratégia de integração da região ao país, por meio da expansão das atividades econômicas, visava, na verdade, criar condições para uma integração mais ampla à economia que se mundializa (como exemplo, os grandes projetos industriais, de extração de minérios), em convergência com a análise de Becker (2003), de produzir um espaço global para o capital.

Na Amazônia Ocidental, especificamente no estado do Amazonas, a opção de desenvolvimento implementada pelos governos militares foi principalmente a atividade econômica baseada na indústria de transformação, incentivada pelo Estado e organizada sob o modelo produtivo de zona de processamento de exportação, a Zona Franca de Manaus (ZFM).

No contexto da economia mundial, a ZFM representava uma estratégia de realocação das plantas industriais de grandes empresas dos países centrais, em um movimento mais amplo de mundialização do capital, buscando condições favoráveis ao processo de acumulação na periferia capitalista (ANCIÃES, 1979).

A ZFM foi criada oficialmente em 1957 (Lei 3.173, de 06/01/1957), mas o Decreto-Lei 288, de 28 de fevereiro de 1968, reformulou a proposta original e estabeleceu incentivos fiscais pelo período

de trinta anos<sup>3</sup> para a implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário, sediado na capital do Amazonas (Art. 42º, Capítulo III), tendo em vista o seu desenvolvimento. Abaixo, a definição e objetivos da criação da ZFM, no âmbito do Decreto-Lei 288/1967:

Art. 1º: É uma área de livre comércio, de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais. Finalidade: criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram os centros consumidores de seus produtos.

Assim, o “desenvolvimento regional” com “integração nacional”, “proteção das fronteiras”, ocupação do “vazio demográfico” e “mundialização do capital” foram associados no âmbito da política regional desenvolvimentista da ZFM, composta por instrumentos fiscais e extrafiscais de incentivo, que constituem a principal ação do Estado para o favorecimento de empresas de capital nacional e internacional nas atividades de comércio, indústria e agropecuária<sup>4</sup>.

Na ZFM, as atividades do tripé que a compunham inicialmente foram o comércio, a agropecuária e a indústria. Esta última foi a que mais dinamizou a economia amazonense, destacando-se na geração de postos de trabalho e, por consequência, no número de pessoas ocupadas. Composta por indústrias nacionais e estrangeiras atraídas pelos incentivos fiscais e benefícios extrafiscais, ofertados pelo governo para que viessem instalar-se no território da capital amazonense, a ZFM constituiu-se, quando de sua implantação, na única experiência existente no Brasil nessa modalidade de produção industrial (VALLE, 2007).

---

<sup>3</sup> Destaca-se que, para administrar os serviços e instalações da ZFM, foi criada a SUFRAMA, como “[e]ntidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com sede e foro na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas” (BRASIL, Decreto 288, 1967, Capítulo III).

<sup>4</sup> A primeira prorrogação dos incentivos da ZFM vigorou até 1997, tendo sido posteriormente prorrogada para 2007 (Decreto-Lei nº 92.560, de 16 de abril de 1986). Segundo Mendonça (2012), essa prorrogação da ZFM, assinada pelo Presidente José Sarney, foi baseada no art. 42 do Decreto 288/1967, que definiu a vigência dos benefícios fiscais por 30 anos, ou seja, de 1967 a 1997. As demais prorrogações foram por meio de Emendas Constitucionais. Assim, a proposição de uma nova prorrogação, desta vez via Emenda Constitucional, ocorreu no processo de elaboração da Nova Constituição Federal de 1988, proposto pelo Relator da Constituição, o senador amazonense Bernardo Cabral. Nessa nova proposição, os benefícios fiscais da ZFM foram prorrogados por 25 anos, entendendo-os até o ano de 2013. Outro fato importante foi a definição de que quaisquer alterações nos critérios para aprovação de projetos somente poderiam ser feitas por meio de lei federal, o que, na perspectiva de Garcia (2004, p. 104), gerou confiabilidade e segurança tanto para os investidores quanto para os trabalhadores da ZFM, eliminando a incerteza quanto à manutenção dos incentivos fiscais do modelo. A quarta prorrogação, e a mais longa, foi através da Emenda Constitucional 83/2014, por mais 50 anos, de autoria da Presidência da República, que estendeu o prazo de vigência dos incentivos do modelo até 2073 e vigorou desde 05 de agosto de 2014.

Ao longo do tempo, a atividade fabril incentivada mostrou-se bastante dinâmica, ampliando o número de estabelecimentos e recrutando mão de obra. Nesse sentido, desde sua origem até os anos mais recentes, o setor de atividade econômica responsável pela incorporação da massa de trabalhadores em postos de trabalhos tem sido principalmente o da indústria de transformação, em particular, a incentivada pela ZFM, apesar de nem todos serem inseridos no mercado formal de trabalho.

A dinâmica da industrialização no Amazonas a partir do advento da ZFM pode ser observada no número de estabelecimentos industriais e de pessoal ocupado por dois tipos de indústria: a extrativa e a de transformação. Conforme consta na tabela 1, identifica-se uma incontestável liderança da indústria de transformação frente à indústria extrativa entre 1967–2013 no Amazonas, tanto pela superioridade em número de estabelecimentos quanto no número de pessoas ocupadas (POs) nessa atividade. Nesse sentido, no início da série histórica (1967), havia no estado amazonense 141 estabelecimentos da indústria de transformação, com 5.234 POs e nenhum registro de estabelecimento de indústria extrativa<sup>5</sup>. No final da série histórica (2013), a indústria da transformação possuía 1.244 estabelecimentos e 138.404 POs, enquanto na indústria extrativa eram 23 e 2.532, respectivamente<sup>6</sup>

**Tabela 1 - Dados gerais das indústrias extrativas e de transformação, com 5 ou mais pessoas ocupadas - Amazonas, 1967 a 2013**

Ano	Estabelecimentos / Unidades Locais - Uls			Pessoal ocupado em 31 / 12 - total (Pessoas)		
	Total	Indústrias extrativas	Indústria de transformação	Total	Indústrias extrativas	Indústria de transformação
1967	141	-	141	5.234	-	5.234
1968	190	-	190	6.696	-	6.696
1969	183	-	183	7.816	-	7.816
1973	214	X	214	15.318	X	15.318
1974	261	-	261	18.380	-	18.380
1976	262	-	262	24.809	-	24.809
1977	322	1	321	28.034	X	X
1978	327	1	326	32.770	X	X

<sup>5</sup> A indústria extrativa somente registrou estabelecimentos dez anos após o advento da ZFM, no ano de 1977, com apenas um estabelecimento e sem dados para o número de pessoas ocupadas.

<sup>6</sup> Foi avaliada a participação dos demais municípios amazonenses quanto à existência de estabelecimentos industriais, mas identificou-se que a quantidade existente é irrelevante diante do número de empresas localizadas na capital, especialmente na indústria de transformação. Nesse sentido, optou-se por utilizar os dados gerais do Amazonas como um *Proxy* do quadro real da industrialização existente na capital amazonense. Apesar das lacunas existentes em relação aos dados do período de 1967 a 1995, a inflexão que ocorreu a partir de 1970, aumentando o número de pessoal ocupado na indústria de transformação do Amazonas atesta que esse procedimento é adequado. É importante registrar que há empresas da indústria de transformação que não recebem incentivos fiscais da ZFM, embora sejam em número pequeno.

1979	355	2	353	40.048	X	X
1981	513	2	511	42.907	X	X
1982	532	3	529	39.229	849	38.380
1983	483	3	480	32.457	1.476	30.981
1984	489	3	486	30.045	2.606	27.439
1988	260	4	256	55.920	2.089	53.831
1989	244	2	242	62.636	X	X
1990	233	2	231	55.430	X	X
1992	209	2	207	32.115	X	X
1993	197	2	195	35.195	X	X
1994	182	2	180	37.458	-	-
1995*	164	1	163	40.113	-	-
1996	626	5	621	60.850	2.222	58.628
1997	577	4	573	58.627	2.073	56.554
1998	617	6	612	51.405	1.879	49.526
1999	609	6	603	49.043	1.686	47.357
2000	724	7	717	59.790	1.355	58.435
2001	680	6	674	58.513	1.060	57.453
2002	759	4	755	67.964	1.047	66.917
2003	786	3	783	73.431	1.225	72.205
2004	848	6	842	89.735	1.372	88.363
2005	920	7	912	97.630	1.389	96.241
2006	989	9	980	104.859	1.611	103.248
2007	1.016	15	1.001	107.924	1.723	106.201
2008	1.080	16	1.064	111.282	1.841	109.441
2009	1.063	11	1.052	107.454	1.829	105.625
2010	1.121	16	1.105	117.299	2.337	114.962
2011	1.181	20	1.161	130.401	2.584	127.817
2012	1.065	21	1.044	124.354	2.936	121.418
2013	1.267	23	1.244	138.404	2.532	135.872

Notas:

X: Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação (IBGE, 1993)

\* A partir de 1996 a Pesquisa Industrial Anual - PIA (Empresa e Produto), por amostragem, substituiu os censos econômicos realizados de cinco em cinco anos para a indústria, comércio e serviços. A denominação Estabelecimentos foi utilizada até 1995. . A partir de 1996 passou-se a utilizar a denominação de Unidades Locais - Uls.

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual - Empresa

Quanto à localização das indústrias no território amazonense, de acordo com a tabela 2, no ano de 2013, havia 2.700 estabelecimentos industriais e 140.033 pessoas ocupadas nos 62 municípios do Amazonas. Estes estavam concentrados majoritariamente em 15 municípios, incluindo a capital Manaus. Segundo os dados do Cadastro de Empresas (CEMPRE) do IBGE (2014), nesses quinze municípios, no ano de 2013, foram registrados 2.514 estabelecimentos industriais e 139.325



POs, correspondendo a 92,77% e 99,49%, respectivamente. Por sua vez, do total do estado do Amazonas, 74,13% das unidades locais (ULs) e 93,88% do PO pertenciam as indústrias de Manaus.

Conforme já mencionado, a indústria de transformação lidera em número de estabelecimentos e de pessoal ocupado no Amazonas. Os dados de 2013 evidenciam a existência de 2.663 estabelecimentos da indústria de transformação contra 47 da indústria extrativa<sup>7</sup> no estado amazonense, que ocupavam 137.260 e 3.773 pessoas, respectivamente. Na atividade de transformação, a liderança incontestável é da capital Manaus, com 1.984 estabelecimentos, ou 74,50%, e 130.674 POs, correspondendo a 95,20% do total. O município que ocupa a segunda colocação em número de estabelecimentos é Manacapuru, com 96 empresas industriais (3,60%). Quanto à quantidade de pessoas ocupadas, a segunda posição fica com o município de Itacoatiara, com 1.010 trabalhadores (0,74%).

**Tabela 2 – Unidades Locais (ULs.), Pessoal Ocupado (PO), Total em 31.12, Indústria Extrativa e Indústria de Transformação, 15 municípios selecionados – Amazonas – 2013**

#	Município	ULs Indústrias		Pessoal Ocupado (PO)		B – Indústrias extrativas				C – Indústrias de transformação			
						Nº de ULs		PO		Nº de ULs		PO	
		V. Abs	%	V. Abs	%	V. Abs	%	V. Abs	%	V. Abs	%	V. Abs	%
1	Manaus	2.009	74,13	131.460	93,88	25	53,19	786	28,34	1.984	74,50	130.674	95,20
2	Manacapuru	96	3,54	951	0,68	-		-		96	3,60	951	0,69
3	Itacoatiara	64	2,36	1.010	0,72	1	2,13	X		63	2,37	1.010	0,74
4	Parintins	50	1,85	321	0,23	1	2,13	X		49	1,84	321	0,23
5	Iranduba	44	1,62	1.529	1,09	-		-		44	1,65	1.529	1,11
6	Humaitá	35	1,29	183	0,13	-		-		35	1,31		0,13
7	Manicoré	35	1,29	267	0,19	-		-		35	1,31	267	0,19
8	Coari	30	1,11	1.076	0,77	5	10,64	950	34,26	25	0,94	126	0,09
9	Boca do Acre	23	0,85	218	0,16	-		-		23	0,86	218	0,16
10	Codajás	22	0,81	41	0,03	-		-		22	0,83	41	0,03
11	Novo Aripuanã	22	0,81	20	0,01	-		-		22	0,83	20	0,01
12	Tefé	24	0,89	116	0,08	2	4,26	X		22	0,83	116	0,08
13	Apuí	17	0,63	53	0,04	-		-		17	0,64	53	0,04
14	Presidente Figueiredo	25	0,92	2.063	1,47	8	17,02	1.037	37,40	17	0,64	1.026	0,75
15	Carauari	18	0,66	17	0,01	1	2,13	X		17	0,64	17	0,01
	<b>Subtotal</b>	<b>2.514</b>	<b>92,77</b>	<b>139.325</b>	<b>99,49</b>	<b>43</b>	<b>91,49</b>	<b>2773</b>	<b>100,00</b>	<b>2.471</b>	<b>92,79</b>	<b>136.552</b>	<b>99,48</b>
	Demais 47 municípios	196	7,23	708	0,51	4	8,51	0	0,00	192	7,21	708	0,52
	<b>Total</b>	<b>2.710</b>	<b>100,00</b>	<b>140.033</b>	<b>100,00</b>	<b>47</b>	<b>100</b>	<b>2.773</b>	<b>100,00</b>	<b>2.663</b>	<b>100,00</b>	<b>137.260</b>	<b>100,00</b>

Nota: 1.X: Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação (IBGE, 1993)

2. Indústrias por Seção da Classificação de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), I

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (2014).

<sup>7</sup> Apesar de a maior parte desses estabelecimentos estarem sediados na capital, com 25 unidades, correspondendo a 73,53% do total, o município que lidera em quantidade de pessoal ocupado é Coari, com 950 pessoas (34,26%).

Dentre todos os subsetores de atividades presentes no Polo Industrial de Manaus (PIM), o de eletroeletrônicos é o principal em contratação de mão de obra desde os tempos iniciais da ZFM, bem como na quantidade de estabelecimentos e faturamento. Valle (2007) faz essa constatação ao analisar dados da SUFRAMA:

O crescimento industrial de Manaus teve e tem no setor eletroeletrônico o seu principal e mais importante polo. De fato, entre as 184 empresas industriais implantadas em 1981, contavam-se 31 do setor eletroeletrônico, o que corresponde a 17% no total, empregando 19,9 mil trabalhadores, ou seja, 40% da força de trabalho do total empregado pela indústria da ZFM [...]. Em 1996, eram 139 geograficamente concentrada na cidade de Manaus, empregando 27,324 trabalhadores, com um faturamento um pouco acima de US\$9 bilhões, o que corresponde 68,4% do total do faturamento de todas as empresas do DI (US\$13.242.230.327) (VALLE, 2007, p. 126).

Sobre o pessoal ocupado na indústria de transformação incentivada pela ZFM, é importante destacar que, desde o início, essa nova produção fabril, além de ser intensiva em mão de obra, caracterizou-se por possuir baixo nível de exigência quanto à qualificação técnica do pessoal de *chão* de fábrica ou operariado, ou seja, os trabalhadores diretamente ligados ao processo produtivo. Isso porque a indústria incentivada pela ZFM tem como foco central as últimas etapas do processo fabril — neste caso, a montagem e embalagem dos produtos. Nesse sentido, Sousa (2014, p. 82), baseando-se em dados do Ministério do Trabalho, destaca que:

[...] no período de 2003 a 2010, 36,35% das ocupações mais demandadas pelo Polo Industrial de Manaus — PIM, especificamente na indústria de transformação, foram as de Montador de equipamentos eletrônicos (16,08%), Alimentador de linha de produção (10,04%), Operador de linha de montagem (aparelhos eletrônicos) (5,03%) e Montador de equipamentos eletrônicos (computadores e equipamentos auxiliares) (2,32%).

Portanto, desde os incentivos da ZFM no final da década de 1960, a indústria de transformação estabeleceu profundos contrastes na realidade amazonense, evidenciando sua superioridade na dinamização da economia estadual, seja pelo número de estabelecimentos, seja pela quantidade de pessoas ocupadas na atividade fabril. A seguir, serão expostos os impactos da produção industrial incentivada via ZFM na dinâmica econômica do território amazonense sob o ângulo da participação dos municípios na geração da riqueza no Estado.

## 2. ZONA FRANCA DE MANAUS: ATIVIDADE INDUSTRIAL SEM ENCADEAMENTOS COM A PRODUÇÃO REGIONAL E O Esvaziamento Econômico dos Municípios do Interior do Amazonas

A dinamização da atividade econômica comandada pela indústria de transformação localizada em Manaus continua pujante no Amazonas quase meio século depois do advento da ZFM. Nesse aspecto, a liderança econômica da capital amazonense fez Sousa (2014) registrar que no início do século XX Manaus se destacou nacionalmente pelo bom desempenho nos indicadores econômicos,

[...] ocupando desde 2006, a sexta posição dentre os seis maiores municípios capitais em relação ao PIB a preços correntes do país, comandado pelos localizados na região Centro Sul, a saber: São Paulo (1º), Rio de Janeiro (2º), Brasília (3º), Curitiba (4º), Belo Horizonte (5º) e Manaus (6º) (SOUSA, 2014, p. 78).

Bomfim e Botelho (2009) destacaram a importância da contribuição da ZFM para a economia do estado do Amazonas, em particular a partir do ano 2000, com mais da metade de participação no PIB estadual. Nas palavras desses autores, “[o]tro fator que reforça a importância da ZFM na economia do Amazonas é sua expressiva participação na formação do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. A partir de 2002, a parcela de sua contribuição é responsável por mais de 50% do PIB amazonense” (BOMFIM; BOTELHO, 2009, p. 31).

Tendo em vista a liderança econômica da capital Manaus com o advento da ZFM, considerou-se importante avaliar a dinâmica econômica do estado do Amazonas no período de 1970–2010, evidenciando a participação dos seus sessenta e dois municípios no PIB estadual amazonense ao longo dessas quase cinco décadas de ZFM. Assim, estes foram organizados em três grupos: o da capital, o de quatro municípios com maior PIB depois da capital e o dos demais municípios.

Nessa perspectiva, conforme exposto na tabela 3, em 1970 os quatro municípios<sup>8</sup> com maior PIB municipal participavam com 9,93% na riqueza produzida no Amazonas, enquanto os demais

---

<sup>8</sup> 1970: Manacapuru (3,07%, 2º lugar); Parintins (2,40%, 3º lugar); Itacoatiara (2,29%, 4º lugar); Careiro (2,17%, 5º lugar). É importante registrar que, tanto em 1960 quanto em 1970 o estado do Amazonas possuía 44 municípios, não sendo registrado nenhum desmembramento de município que implicasse em alteração do PIB municipal. Os desmembramentos de municípios ocorreram em 1981 e 1987, sendo criados 18 novos municípios, um deles — o município de Rio Preto da Eva, — originou-se de área pertencente a capital Manaus (IBGE, Cidades@).

registravam 25,80%, ou 1/4. Essa situação se alterou radicalmente a partir de 1980<sup>9</sup>, com os quatro municípios reduzindo sua participação para 3,94%, ou -5,99%, e os demais municípios para 11,91%, ou -13,89% em relação a 1970<sup>10</sup>.

Nas décadas seguintes, ocorreu relativa manutenção dessa tendência, ainda que tenha havido alguma recuperação de participação dos dois grupos de municípios analisados. Na década de 1990, por exemplo, os quatro municípios registraram uma pequena retomada de participação, com 4,46%, enquanto os demais municípios diminuíram ainda mais sua participação, com 9,38%. Entre as décadas de 2000 e 2010, ambos os grupos tiveram leve recuperação de sua participação na riqueza gerada no estado, com o grupo dos quatro municípios alcançando 4,86% e 5,45% de participação, enquanto os demais municípios obtiveram, respectivamente, 11,00% e 11,25% no total do PIB amazonense.

É importante registrar que a pequena recuperação da performance dos municípios amazonenses no PIB estadual a partir de 2000 ocorreu em virtude de maior participação do município de Coari, que se dinamizou a partir da produção de petróleo e gás natural e passou a compor o grupo dos quatro municípios com mais participação depois da capital. O município de Coari situa-se na mesorregião do Centro Amazonense e, em 1986, foi descoberta a existência de gás natural em seu território. A partir de 2009, com a construção do gasoduto Coari–Manaus, esse gás começou a ser produzido e comercializado, elevando a participação de Coari no PIB estadual. No ano de 2014, o Campo de Leste de Urucu, situado no município de Coari, foi o maior produtor diário de gás natural em terra a nível nacional, com uma média diária de 6,5 milhões de m<sup>3</sup> (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2014, p. 11).

Quanto à participação da capital na geração da riqueza estadual, sob a dominância das atividades comerciais e industriais incentivadas, Manaus teve trajetória histórica de aumento dessa participação, indo de 64,27%, em 1970, para 84,15%, em 1980, ou seja, houve um acréscimo de 20 pontos percentuais em uma década. A representatividade da capital amazonense no PIB estadual atingiu seu auge em 1990, quando registrou 86,16% de participação. Uma leve inflexão nessa trajetória ocorreu a partir do ano de 2000, com redução dessa cota para 84,14%, mantendo essa tendência na década de 2010, com 83,30%.

---

<sup>9</sup> 1980: Itacoatiara (1,08%, 2º lugar); Manacapuru (1,07%, 3º lugar); Parintins (1,04%, 4º lugar); Coari (0,75%, 5º lugar). As maiores perdas de participação foram dos municípios localizados próximos à capital (Manacapuru, -2,00%, e Careiro, -1,66%).

<sup>10</sup> Houve apenas dois registros de variação positiva na participação do PIB em relação a 1970: Novo Aripuanã (0,05%) e Santa Isabel do Rio Negro (0,03%).

Numa visão geral do período 1970–2010, na avaliação da participação dos municípios do Amazonas (exclusive a capital) na economia estadual, os dados demonstram que houve redução da geração de riqueza fora do âmbito de Manaus. A pulverização dessa participação foi a característica mais marcante no Amazonas, sendo a tônica e acentuando-se ainda mais década após década. Apesar da leve redução da participação da capital no PIB estadual nos anos 2000 e 2010, esta nem de longe ameaçou a liderança da capital na produção da riqueza estadual e não impactou no fosso que a separa dos demais municípios amazonenses, mantendo-a como centro dinâmico da economia do estado do Amazonas.

A concentração da riqueza na capital amazonense tornou-se tão aguda no âmbito do estado do Amazonas que, ainda na década de 1990, Benchimol (1994) sintetizou o fenômeno na expressão de “Manaus, como a capital de si mesma” (BENCHIMOL, 1994). Nessa mesma direção, Sousa (2008), ao analisar a socioeconomia do estado do Amazonas, destacou a existência de uma unidade da federação composta por duas realidades: a da capital Manaus, que concentra desenvolvimento econômico, população e urbanização, e aquela formada pelos demais 61 municípios, grandes em extensão territorial, mas pequenos na participação econômica e demográfica no estado do Amazonas.

Os dados do PIB municipal de Manaus dos quatro municípios com maior participação depois da capital e dos demais municípios amazonenses no período de 1970–2010 podem ser conferidos na **(tabela 3)** e no **(gráfico 1)**.

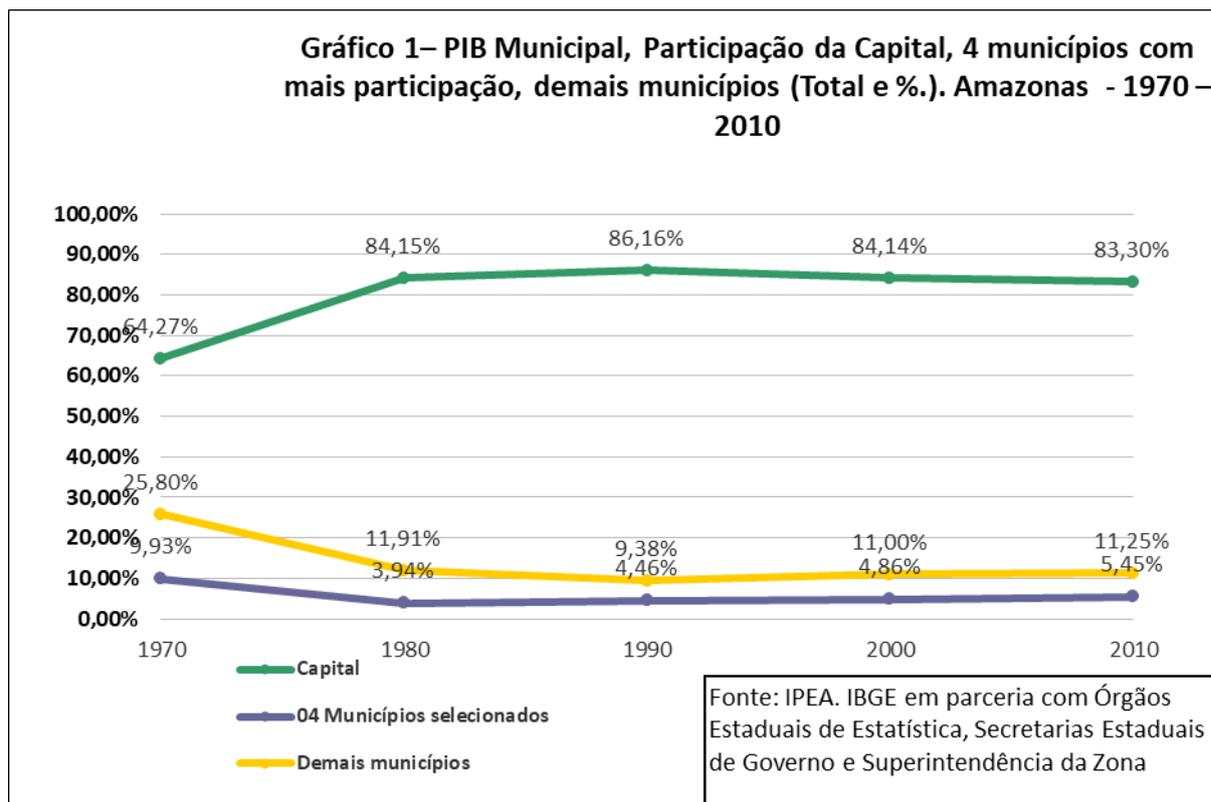
<b>Tabela 3 – PIB Municipal, Participação da Capital, 4 municípios com mais participação, demais municípios (Total e %). Amazonas - 1970 – 2010</b>					
Ano	Total	%	Participação no PIB (%)		
			Capital	04 Municípios selecionados	Demais municípios
1970	US\$ 1.696.045.614	100	64,27	9,93	25,8
1980	US\$ 6.260.544.853	100	84,15	3,94	11,91
1990	US\$ 9.434.785.502	100	86,16	4,46	9,38
2000	RS\$ 14.094.080	100	84,14	4,86	11
2010	RS\$ 48.435.925	100	83,3	5,45	11,25

Notas:

1. PIB Municipal: 1970, 1980 e 1990, em US\$ 1,00.
2. PIB Municipal a preços correntes – PC: 2000 e 2010, em R\$ 1.000,00.

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; Dados básicos: IBGE e IPEA. Organizado pela autora.





Ano	1970	1980	1990	2000	2010
Capital	64,27%	84,15%	86,16%	84,14%	83,30%
04 Municípios selecionados	9,93%	3,94%	4,46%	4,86%	5,45%
Demais municípios	25,80%	11,91%	9,38%	11%	11,25%

Ano	1970	1980	1990	2000	2010
Capital	32,20%	44,28%	48,09%	49,90%	51,72%
04 Municípios selecionados	17,35%	14,53%	10,87%	10,80%	10,05%
Demais municípios	50,03%	41,19%	41,03%	39%	38,23%

Por sua vez, se a escala de comparação for intrarregional — neste caso, com a Amazônia Oriental —, constata-se que, no decorrer dessas quase cinco décadas, todo esse processo de desenvolvimento econômico na Amazônia Ocidental, concentrado em um único município, foi na direção oposta ao ocorrido nessa outra sub-região amazônica.

Na Amazônia Oriental, no mesmo período da implantação da ZFM no Amazonas, vultuosos empreendimentos, denominados na literatura regional como “grandes projetos” (BECKER, 1989;

CASTRO; MOURA; MAIA, 1994; OLIVEIRA, 1998; HÉBETTE, 2004), foram implantados no seu principal estado, o Pará, com atividades produtivas que enfatizaram o uso intensivo de matérias-primas regionais. Seguindo a trilha dos recursos naturais, com destaque para os minérios, grandes projetos foram aportados em municípios pertencentes a sub-regiões do estado do Pará, fora da área de abrangência da Região Metropolitana de Belém (RMB), à qual pertence sua capital estadual.

Tomando como parâmetro a participação dos municípios paraenses no PIB a Preços Correntes (PIB/PC) (IBGE, 2018), conforme dados da tabela 4, no ano de 2016, depois da capital Belém, com 21,31% de participação, os municípios com melhor posição são Parauapebas (9,15%), Marabá (5,42%) e Barcarena (3,63%), ocupando o segundo, terceiro e quinto lugar, respectivamente, que têm em comum o fato de serem grandes produtores de minérios. Registra-se também que quinze municípios paraenses possuem participação acima de 1% no PIB/PC estadual. Os demais — ou seja, os que têm participação abaixo de 1% — representam, somados, 35,2%.

Assim, a produção industrial extrativa voltada para a exportação, alavancada pelos grandes projetos, teve como um de seus principais desdobramentos uma participação mais efetiva dos municípios produtores de recursos naturais, principalmente minérios, na geração de riqueza no estado do Pará, ainda que esse processo não seja desprovido de contradições quanto à apropriação da riqueza produzida (LEAL *et al.*, 2012, p. 160).

Os grandes projetos econômicos situados em áreas distintas da capital paraense promoveram a desconcentração econômica e urbana na Amazônia Oriental. O Estado brasileiro, em ação desencadeada na segunda metade do século XX, associado ao capital e em busca da apropriação desse espaço sub-regional, pulverizou “mão de obra, investimentos, capitais, redes técnicas etc. pelo interior da região, atendendo às estratégias de povoamento, de exploração de recursos e de integração econômica e territorial” (TRINDADE JUNIOR, 2010, p. 121).

A forma pulverizada como foram feitos os investimentos econômicos e as ações governamentais na Amazônia Oriental, cujos setores mais dinâmicos são o mercado de trabalho na mineração, na indústria madeireira, na siderurgia e na construção civil (CASTRO, 1995), levaram a um novo dinamismo regional e das cidades ligadas direta ou indiretamente a essas atividades.

O que se percebe é que, com o favorecimento de certas frações de território espalhados no interior da Amazônia Oriental, se ensejou uma nova divisão territorial do trabalho nessa sub-região, em que cada subespaço tem particularidades, movimento próprio e articulação com o todo (SANTOS, 2011). Essa nova estrutura de organização espacial na Amazônia Oriental ocorreu multiplicando novos núcleos populacionais, planejados ou não, redefinindo antigos núcleos urbanos que se alçaram

à categoria de centros regionais ou mesmo por um novo padrão de urbanização concentrada (TRINDADE JUNIOR, 2010).

Na Amazônia Ocidental, ou, mais especificamente, no estado do Amazonas, a participação dos municípios no PIB estadual tem situação diferente. No ano de 2016, a capital Manaus — cuja produção industrial foi comandada pela indústria de transformação —, teve participação de 78,97%. Além da capital, apenas quatro municípios possuíam participação acima de 1% na riqueza gerada do Amazonas. São eles: Itacoatiara (2,31%), Manacapuru (1,4%), Coari (1,27%) e Parintins (1,15%). A participação dos demais municípios amazonenses, todos abaixo de 1%, somada, representa 14,9%.

Numa visão geral, os dados do PIB/PC evidenciam que na Amazônia Oriental houve mais desconcentração econômica, pelo maior número de municípios com participação relevante no PIB Estadual paraense. Por outro lado, na Amazônia Ocidental, um único município — a capital amazonense — é responsável por mais de  $\frac{3}{4}$  de toda riqueza produzida no estado do Amazonas, conforme demonstrado na (tabela 4).

**Tabela 4 – Participação do Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes (PC) no PIB/PC das Unidades da Federação Pará e Amazonas, segundo municípios, total e % - 2016**

Pará				Amazonas			
Posição	Município	PIB/PC (Mil Reais)	%	Posição	Município	PIB/PC (Mil Reais)	%
1	Belém	29.426.953,00	21,31	1	Manaus	70.296.364,00	78,97
2	Parauapebas	12.638.246,00	9,15	2	Itacoatiara	2.054.830,00	2,31
3	Marabá	7.479.675,00	5,42	3	Manacapuru	1.241.891,00	1,4
4	Ananindeua	6.710.890,00	4,86	4	Coari	1.134.798,00	1,27
5	Barcarena	5.012.997,00	3,63	5	Parintins	1.024.890,00	1,15
6	Santarém	4.573.180,00	3,31		Demais municípios	13.264.391,00	14,9
7	Tucuruí	4.353.669,00	3,15				
8	Castanhal	3.602.939,00	2,61				
9	Paragominas	2.665.946,00	1,93				
10	Altamira	2.472.773,00	1,79				
11	Canaã dos Carajás	2.343.474,00	1,7				
12	Oriximiná	1.812.508,00	1,31				
13	Marituba	1.728.664,00	1,25				
14	Redenção	1.644.661,00	1,19				
15	Itaituba	1.601.485,00	1,16				
16	São Félix do Xingu	1.413.761,00	1,02				
	Demais municípios	48.586.184,00	35,2				
TOTAL		138.068.005,00	100	TOTAL		89.017.167,00	100

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Notas 1 - Os dados do último ano disponível estarão sujeitos a revisão quando da próxima divulgação. 2 - Os dados da série retropolada (de 2002 a 2009) também têm como referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais.

Siqueira (2010) destaca a existência de sub-regiões em que se concentra o dinamismo econômico das macrorregiões, tal como a ZFM. Tal dinamismo é dependente da ação estatal, seja pelos incentivos estatais ou do aumento do consumo interno ou, ainda, pela relação direta com o ciclo de preços e da demanda do mercado externo. Estes setores são os responsáveis pelas processualidades que repercutem na urbanização regional, favorecendo sua dispersão ou concentração.

Além disso, como somente partes do território das regiões apresentam dinamismo econômico, estas reproduzem no âmbito intrarregional as desigualdades postas na escala nacional, tornando mais complexo seu entendimento/equacionamento, com repercussões no processo de urbanização, situação que pode ser constatada no caso do estado do Amazonas.

A concentração da geração da riqueza na capital Manaus expõe as limitações e contradições do modelo industrial da ZFM, que se evidenciam no seu relacionamento com a produção regional. Nessa perspectiva, Pereira (2006) considera o modelo de desenvolvimento implementado pela ZFM um equívoco histórico, pois este se baseia em uma produção industrial focada em produtos que não têm como estabelecer “relação de afinidade em sua cadeia produtiva com os recursos e potencialidades da região” (PEREIRA, 2006, p. 120).

Por sua vez, nas palavras de Becker (2009), é uma indústria que se efetivou de “costas para a floresta”, logrando pouco êxito no incremento da cadeia produtiva regional e, com isso, não incorporando a tradição agroextrativa dessa sub-região amazônica.

Nesse sentido, um dos impactos da industrialização transplantada para a ZFM foi a desarticulação do setor agroextrativista no Amazonas pelo fato de essa nova indústria não possuir relação com essa atividade regional e, também, ter sua produção direcionada ao mercado externo. Dados do Censo demográfico 1960/IBGE demonstraram que em termos de grupos ocupacionais, em 1960, a dominância das atividades econômicas estava centrada no mundo rural. Nesse aspecto, nas ocupações da agricultura e da produção extrativa estava 70% da População Economicamente Ativa (PEA) do Amazonas, enquanto havia 7,90% na indústria extrativa e na construção civil e 5,25% nas ocupações administrativas. As demais ocupações (comércio, transporte, serviços) possuem registros que representavam menos de 5% do total das ocupações da PEA amazonense.

Dentro desse contexto, é importante ressaltar que a produção industrial da ZFM, comandada principalmente por eletroeletrônicos, tem como uma de suas principais características a baixa utilização de insumos e recursos naturais da região amazônica. As indústrias da ZFM têm, historicamente, importado insumos industriais de diversas origens: regional, nacional e internacional. Em âmbito nacional, esses insumos são produzidos majoritariamente na Região Sudeste e, no internacional, nos países onde estão localizados os comandos das empresas incentivadas sediadas em Manaus.

A alta dependência da indústria da ZFM dos mercados extrarregionais, seja para a aquisição de insumos para a sua produção, seja para a venda de seus produtos, é salientada por Lira (2005), para justificar o papel decisivo dos fatores externos para o desempenho econômico regional.

No caso da aquisição de insumos, Lira (2005) identificou que, na composição da produção industrial, 35% eram abastecidos no mercado regional, 35% no mercado nacional e 30% oriundos dos países estrangeiros. Contudo, o referido autor adverte que no caso dos insumos de origem regional seria necessário ter cautela, pois são produzidos com componentes importados.

Nesse último aspecto, em que pese a implantação da produção industrial de alguns componentes dos produtos industriais da ZFM na capital amazonense, estes reproduziram também, em grande medida, a mesma lógica da importação de insumos fora do território regional. Segundo Valle (2007, p. 129),

[a] montagem de bens de consumo duráveis é realizada em Manaus para atendimento de demanda do mercado nacional, enquanto os componentes são produzidos majoritariamente na Região Centro Sul do país, quando não adquirido junto a fornecedores internacionais.

Assim, é histórica a variação negativa da balança comercial do estado do Amazonas na atividade industrial, pela quantidade de aquisição de insumos importados e pequena exportação, mesmo que esta tenda a ser equilibrada pelas vendas de sua produção para o mercado nacional.

Os dados da SUFRAMA (2016), do período de 1988 a 2015, indicaram que o movimento da balança comercial na relação com o mercado externo foi sempre de déficit pelo fato de haver maior importação de insumos do que comercialização/venda de produtos para outros países. Por sua vez, essa situação de déficit da balança comercial não é constatada na relação com o mercado interno, pois demonstra um saldo que sempre se manteve positivo pelo fato do mercado nacional ser o destino principal dos produtos da ZFM.

A série histórica das exportações e importações do mercado externo iniciada em 1988, registrou US\$ -400.877,1, e esse resultado negativo se acentuou ao longo dos anos, alcançando US\$

-9.143.768 em 2005, sua maior defasagem na década de 2000–2010. Já no período 2011–2014, o ano de 2011 teve variação negativa de R\$ -17.326.761 e, no final do período (2014), o registro foi de R\$ -25.416.673 (SUFRAMA, 2016), apresentando pequeno recuo. Porém, apesar dessa diminuição do saldo negativo, este persiste e sustenta a defasagem entre importação e exportação.

Portanto, em que pese essa relação ser positiva em relação ao mercado interno que se constitui no mercado preferencial da produção industrial da ZFM, a aquisição de insumos via importação é uma das características marcantes desse modelo produtivo e que se apresenta sempre desfavorável na balança comercial do estado do Amazonas.

A partir das constatações acima, é possível afirmar que o incipiente encadeamento da cadeia produtiva da indústria de transformação incentivada pela ZFM com a produção regional é um dos aspectos que limitou a participação dos demais municípios amazonenses no PIB estadual, levando à concentração econômica na capital Manaus.

A atividade industrial de Manaus agudizou o esvaziamento econômico já presente nos municípios do interior do estado amazonense, quando do início das atividades incentivadas pela ZFM, repercutindo também na dinâmica demográfica desses municípios, cuja população foi se transferindo, década após década, para a capital, tema que será abordado a seguir.

### **3. A MIGRAÇÃO INTERNA COMO FATOR DE CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICA NA CAPITAL**

A dinâmica de desenvolvimento determinada pelas atividades econômicas da ZFM a partir de 1967 foi fundamental para que o estado do Amazonas, pela segunda vez em sua trajetória histórica, voltasse a se estabelecer como polo de atração de migração nas escalas regional e nacional.

Durante o primeiro momento mais importante do Amazonas como foco atrativo de migração no ciclo da borracha, ocorrido no final do século XIX na região amazônica, a população cresceu rapidamente, recebendo migrantes principalmente da Região Nordeste e, em particular, do estado do Ceará (SANTOS, 1980).

Conforme visto na seção 2, as atividades econômicas sediadas na capital amazonense a partir do advento da ZFM exigiram cada vez mais alocação de mão de obra nesses setores produtivos. Para entender os acontecimentos que implicaram em crescimento populacional no estado, as questões que se colocam são: Qual o papel da migração no crescimento populacional do município-sede da ZFM, a capital Manaus? De onde vêm os principais fluxos migratórios e como se distribuem no território amazonense? Eles são internos ou externos à região?

O fenômeno migratório, ou “a mudança permanente de residência entre duas unidades territoriais estabelecidas” (CAMPOS, 2015, p. 189–190) e/ou “entre situações domiciliares dentro do mesmo município” (CAETANO, 1998, p. 47), implicam em deslocamento populacional no território, visando o alcance de melhores oportunidades de trabalho e de condições socioeconômicas.

Segundo Melo e Moura (1990), com o advento da ZFM inaugurou-se uma nova fase na dinâmica demográfica de Manaus, na condição do centro dinâmico da Amazônia Ocidental. Nas palavras dos autores,

[a] partir principalmente da década de 1960 inaugura-se uma nova fase da dinâmica demográfica da capital amazonense, pois aporta nesse espaço subnacional uma política econômica concebida para integrar a região amazônica ao contexto de acumulação capitalista do país comandado pela região Centro Sul. Manaus é um espaço eleito, no âmbito do Estado do Amazonas, para sediar a ZFM, operacionalizadora de tal política e ser centro irradiador de desenvolvimento para a Amazônia Ocidental (MELO; MOURA, 1990, p. 501).

Sobre a origem e composição da população da capital, Melo e Moura (1990), Benchimol (1995), Caetano (1998), Scherer (2005) e Valle (2007) destacam o papel da migração, tanto interna quanto externa ao estado, como fator de dinamização e crescimento populacional do Amazonas, em consonância com a dinâmica de aceleração demográfica ocorrida na região Norte a partir da década de 1970.

Benchimol (1995), ao pesquisar a migração para a região Norte e capitais estaduais na década de 1970, incluindo Manaus, destaca o equilíbrio da composição migratória intraestadual e interestadual. Na mesma direção, Caetano (1998), em estudo sobre a migração para o Amazonas e Manaus em 1985, ressaltou que a região Norte desempenhou importante papel, com forte presença dos fluxos rural-urbano e as demais regiões tiveram participação bastante próxima.

Portanto, tanto a migração interestadual, entendida como a composta por população vinda de fora do estado do Amazonas — seja das unidades da federação da própria região Norte ou de outras regiões do país —, quanto a migração intraestadual, cujos fluxos migratórios são os oriundos dos municípios do interior do estado amazonense, tiveram papel importante no crescimento demográfico do município de Manaus, alavancado principalmente a partir do ano de 1970, mas há distinções que precisam ser evidenciadas.

No tocante à migração interestadual, conforme dados da tabela 5, o município de Manaus prevaleceu quanto ao destino preferencial dos migrantes vindos para o Amazonas no período de 1970 a 2010. Nesse sentido, em 1970, das 62.437 pessoas que declararam não serem naturais do estado do Amazonas, 69,15% fixaram domicílio em Manaus. Essa proporção aumentou nas duas

décadas posteriores, atingindo mais de 80% do total, registrando 83,99% em 1980 e 83,13% em 1991, coincidindo com o período de auge do crescimento populacional na região. Nessa perspectiva, Benchimol (1995) destaca que a Amazônia foi a que mais cresceu demograficamente na década de 1980, registrando 5,04% ao ano, enquanto nas demais regiões essa taxa foi inferior.

Nas décadas de 2000 e 2010 registrou-se leve diminuição do percentual dos imigrantes de outras Unidades da Federação com destino a Manaus, registrando 80,13% e 77,78%, respectivamente. Apesar disso, a preferência dos migrantes interestaduais pela capital do Amazonas continua muito alta, demonstrando sua permanência como principal polo migratório também nos períodos mais recentes (**tabela 5**).

**Tabela 5 – População residente, natural de outras Unidades da Federação (UFs) - Amazonas – Manaus (1970 – 2010)**

UF, Município	Anos X População residente									
	1970		1980		1991		2000		2010	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%
Amazonas	62.437	100	117.532	100	177.026	100	304.774	100	348.791	100
Manaus	43.176	69,2	98.593	83,9	147.164	83,1	244.218	80,1	271.277	77,8

Nota: 1 – Para 1991 e 2010 – Dados da Amostra; 2 – Para 2000 – Primeiros resultados da Amostra.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Especificamente sobre a migração extrarregional, ou seja, a oriunda de outras regiões que não a região Norte, cabe destacar que a principal forma de acesso ao estado do Amazonas é por meio do eixo aquaviário, diante da abundância dos rios existentes nessa unidade da federação. Ao mesmo tempo em que potencializa os deslocamentos intrarregionais, esse fator limita as possibilidades de deslocamento de pessoas de outros subespaços regionais para esse território. Cabe lembrar que, além da imensidão de seu território, que o coloca como a maior Unidade da Federação do país em área territorial, o Amazonas situa-se distante dos grandes eixos de circulação de pessoas e mercadorias, principalmente dos eixos rodoviários<sup>11</sup>, exigindo tempo e disponibilidade de recursos para deslocar-se para esse espaço sub-regional (MELO; MOURA, 1990).

<sup>11</sup> A integração física via terrestre ocorre pela BR-173 (Rodovia Manaus – Porto Velho) e BR-319 (Rodovia Manaus – Boa Vista). Contudo, essas rodovias não tiveram êxito o suficiente para se tornarem corredores de fluxos migratórios das demais regiões do país à capital amazonense. É importante lembrar que os estados que se interligam com Manaus via eixo rodoviário também foram objeto de políticas desenvolvimentistas, atraindo, neste caso, população de outras regiões do país para seu próprio território. Especialmente, no caso da interligação com o estado de Rondônia para outras regiões, a BR-319 (parte da rodovia Transamazônica) nunca foi concluída e possui trechos sem condições de trafegabilidade.

A forma mais rápida de deslocamento dos migrantes das demais regiões para o Amazonas é por via aérea, o que acarreta grandes dispêndios financeiros para uma população que já tende a viver em condições econômicas adversas. A segunda opção de deslocamento vinda de outras regiões do país é mais complexa, o acesso é por via terrestre, feito pela rodovia Belém–Brasília. Quem opta por esse caminho tem que ir primeiramente para Belém — a capital paraense — para então, utilizando o transporte fluvial, deslocar-se para a cidade de Manaus.

Essa dificuldade de acesso ao Estado do Amazonas pode ser acionada como um dos principais elementos que justificam a menor representatividade de migrantes de fora da região Norte na composição da população de Manaus no período em estudo e, por sua vez, na prevalência de pessoas oriundas da própria Amazônia nessa dinâmica migratória<sup>12</sup>.

Nesse sentido, a relativa facilidade de acesso ao estado do Amazonas constitui-se como justificativa importante para a forte presença de migrantes da própria Amazônia em Manaus. Este acesso é favorecido pela estratégica posição geográfica da capital amazonense que, conforme destacaram Melo e Moura (1990), fica em um ponto de confluência de toda a rede de drenagem da Amazônia Ocidental, em uma região de vasto território, sendo que essa localização é um fator imprescindível para a expansão e função urbana que passou a exercer na região e que repercutiu no seu desenvolvimento.

Ademais, a própria situação de decadência econômica que assolou a Amazônia e seus municípios desde o período do arrefecimento das exportações de borracha no mercado internacional atuou como fator de expulsão da população amazônica de seus lugares de origem em direção ao principal centro dinâmico da Amazônia Ocidental.

---

<sup>12</sup> Uma pesquisa específica sobre o tema das migrações para Manaus na década de 1980, tendo como base o ano de 1987, foi realizada por Melo e Moura (1990). Na clássica obra “Migrações para Manaus” (1990), esses autores apresentam resultados dessa pesquisa amostral sobre o tema das migrações para a capital do Amazonas realizadas no ano de 1987, com 1.977 habitantes, realizada no âmbito da Fundação Joaquim Nabuco que, nesse período, possuía escritório em Manaus. Nos resultados, esses autores identificaram a importância da Região Norte no tocante à participação na composição migratória para a capital do Amazonas, representando 71,5% do total de migrantes, incluindo aqueles oriundos do interior do estado amazonense. Às demais regiões do país coube a proporção de 28,5%. Na pesquisa de Melo e Moura (1990), o estado do Pará (região Norte) é o que mais se destaca quanto ao número de pessoas residindo em Manaus, com 15,7%, seguido do Ceará (região Nordeste), com 6,8%, do Acre (região Norte), com 6,0%, e do Rio de Janeiro (Sudeste), com 6,0%. Por sua vez, ao ser excluída do total da região Norte, a migração intraestadual, ou seja, a oriunda dos municípios do próprio Estado do Amazonas para a capital Manaus, a migração vinda dos demais estados nortistas passa a representar 24,2%, ficando, portanto, com um número aproximado ao encontrado no total dos migrantes procedentes das demais regiões do país.

Dentro desse quadro de migração intrarregional, destaca-se a forte presença de fluxos migratórios oriundos do estado do Pará. Em todos os estudos sobre migração anteriormente citados, a participação do estado do Pará como o principal lugar de origem dos migrantes que vieram para a capital do estado do Amazonas, dentre as demais Unidades da Federação, é digno de nota. Sua participação no contingente migratório suplanta até mesmo o de algumas macrorregiões do país.

Nessa perspectiva, a forma de acesso ao estado do Amazonas, principalmente por meio dos rios, que se constituiu em um empecilho para os migrantes de estados de outras regiões do país, para os moradores dos municípios da Amazônia tornou-se um elemento facilitador de acesso à capital do estado amazonense.

Associado às dificuldades de caráter socioeconômico de seus lugares de origem, esse acesso facilitado atuou em conjunto e impulsionou a ida para Manaus, que se apresentou mais atrativa e vantajosa para a população regional, pela perspectiva de melhoria de vida e de oportunidades econômicas.

Conforme Bentes (1986), simultaneamente ao fato de Manaus, pelo advento da ZFM, se transformar num dos centros dinâmicos da Amazônia, acentuou também seu poder de atração, junto aos municípios do interior do próprio estado do Amazonas.

Fatores de expulsão tomavam vulto devido ao declínio do sistema de aviamento, à deterioração dos preços relativos à instabilidade dos preços no mercado dos principais produtos tradicionais, e às enchentes da região, responsáveis por grandes perdas na agricultura de várzea e pela diminuição da pecuária no Baixo e Médio Amazonas (BENTES, 1986, p. 223).

Nesse aspecto, a possibilidade de os municípios do interior estarem sendo esvaziados com a formação de fluxos migratórios em direção à capital do estado já era objeto de reflexão naquele período pré-implantação da ZFM<sup>13</sup>. Assim, na avaliação de Fonseca e Corrêa (1972), a população do

---

<sup>13</sup> No caso da migração intraestadual, ou seja, a que abrange os municípios do próprio estado do Amazonas, registra-se que, no período da instalação da ZFM em Manaus, uma pesquisa realizada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas (CODEAMA), no ano de 1968, identificou que na capital havia a seguinte proporção de população não natural: 10,81% eram procedentes dos municípios do interior do estado; 9,41% tinham naturalidade de municípios de outros estados brasileiros; e 0,55% eram constituídos de estrangeiros (CODEAMA, 1969). Portanto, já existia nessa década, em Manaus, certo equilíbrio na distribuição de migrantes do interior do estado amazonense e de fora deste. Além disso, estudo realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), referente à evolução da população de Manaus de 1950 a 1970, constatou ter ocorrido forte crescimento demográfico na década de 1960 a 1970, registrando aumento de 79,91%, passando de 173.703 habitantes em 1960 par 312.160 em 1970. Essa situação foi determinada em parte pelo crescimento natural da própria população (crescimento vegetativo), mas, principalmente, devido ao fenômeno da migração: “esta última cresceu mais do que a primeira, isso é, nesse período o crescimento de Manaus se originou mais da migração, quando comparado ao período 1950/60 (FONSECA; CORREA, 1972, p. 64).

estado do Amazonas, excluindo a capital, havia crescido apenas 18,48%, enquanto na década anterior entre 1950 a 1960 esse crescimento havia sido de 36,30%.

Por outro lado, conforme Pinto *et al.* (2009), nos anos de 1971, 1973, 1974 e 1976, ocorreram intensas enchentes que atingiram vários municípios do Amazonas. Diante das dificuldades acarretadas para os trabalhadores, como as destacadas pelos autores — a assistência tardia do poder público, a falta de investimentos no cultivo da juta e da pecuária e a crise da economia extrativista instalada desde a década anterior —, estes buscaram melhoria de condições de vida e um lugar seguro contra as enchentes, migrando para a capital amazonense.

Na mesma direção, Melo e Moura (1990) destacam os motivos de ordem socioeconômica, especialmente as precárias condições de existência da população residente nos municípios do interior do estado do Amazonas, especificamente de algumas partes do território com maior número de migrantes em Manaus, situados ao longo da calha dos rios Solimões e Amazonas. Isso também foi importante para o processo de expulsão de seus lugares de origem. Assim, os níveis de renda e os indicadores sociais clássicos dessas áreas “não deixam dúvida de que eficazes fatores de repulsão somam seus efeitos para condicionar a existência de um elevado grau de mobilidade populacional representado pelos fluxos migratórios” (MELO; MOURA, 1990, p. 242).

Scherer (2005) e Valle (2007) destacam que os trabalhadores vindos da zona rural do estado passaram a ser operários das fábricas do polo industrial de Manaus, demonstrando assim a origem dos migrantes inseridos no trabalho fabril da capital amazonense e sua inserção em um novo “mundo do trabalho”. Conforme essas autoras,

[c]ompõe-se uma nova força de trabalho, constituída por levas de caboclos que migram para a cidade de Manaus. Aos olhos dos ribeirinhos, abandonados nas terras de várzeas e experimentando as agruras da crise agrária-extrativista, a ZFM, com todo o seu aparato industrial, constituía-se na possibilidade de uma vida melhor (SCHERER, 2005, p. 40).

A “destruição criadora” schumpeteriana irá eliminar formas de vidas tradicionais ao mesmo tempo em que fará emergir novas relações sociais. O novo proletariado urbano, majoritariamente constituído por trabalhadores recém-saídos do mundo rural, ganhará proeminência entre os grupos sociais constituídos (VALLE, 2007, p. 19).

Nos dados de migração para o Amazonas apresentados por Caetano (1998), com base no censo demográfico de 1980, foi possível identificar que, quanto à zona domiciliar de origem desses fluxos migratórios, quando oriundos de outros estados do país, predominou os domiciliados na zona urbana com destino urbano. Por outro lado, quando são migrantes de municípios do próprio estado amazonense, compõem-se, em sua maioria, por trabalhadores que vêm de área rural com destino

urbano (27,22%), corroborando com as afirmativas das autoras acima, embora a proporção dos de origem de área urbana seja considerável (17,74%).

Situando a questão da migração inter-regional na região Norte, Becker (2003) ressalta que, após 1990, arrefeceu a migração vinda de outras regiões do país para a Amazônia, em virtude da redução dos investimentos governamentais na região. Nesse contexto, a migração intrarregional passou à posição de predomínio.

Os censos demográficos do ano de 2000 e de 2010, que disponibilizaram dados das UFs de origem da população não natural de Manaus, permitiram constatar uma pequena redução da migração inter-regional. Com isso, detecta-se que a participação da Região Norte quanto à origem da população não natural de Manaus, incluindo os migrantes vindos dos municípios do interior do estado, aumentou de 92,30% no ano 2000 para 93,17% em 2010, enquanto foi registrada queda nas demais regiões, corroborando com as constatações de Becker (2003) anteriormente aludidas.

Tendo em vista a forte presença de fluxos migratórios vindos do interior em direção à capital amazonense, para avaliar a dinâmica populacional estadual no período de 1970–2010, observando a participação dos municípios nessa composição demográfica, optou-se por dividir os 62 municípios amazonenses em três segmentos: a capital, os quatro municípios mais populosos na sequência, e os demais municípios.

Conforme os dados da tabela 6, em 1970, o Amazonas possuía 955.203 habitantes, dos quais 311.622 pessoas, ou 32,62%, residiam na capital. Os quatro municípios com maior representatividade populacional, depois de Manaus (todos acima de 3%), possuíam 165.668 habitantes, correspondendo a 17,34% da população. O conjunto dos demais municípios tinha 477.913 moradores, ou seja, a metade da população estadual (50,03%).

Essa dinâmica de concentração foi sendo alterada ao longo do tempo. Enquanto Manaus aumentava sua participação no total da população estadual, os dois grupos de municípios registravam perdas de participação.

Assim, o grupo dos quatro municípios mais populosos que iniciou a década de 1970 com 17,34% do total da população amazonense, registrou 14,53% em 1980, 10,87% em 1991, 10,80% em 2000, e terminou no ano de 2010 com 10,05%. Os dados permitiram constatar que esse grupo perdeu 7,30% de participação no total da população estadual se o parâmetro de comparação for os anos de 1970 e 2010.

Já o segundo grupo, composto pelos demais municípios, em 1970, possuía metade da população amazonense, ou 50,03% do total populacional. Nas décadas posteriores também registrou queda de participação. Em 1980, participava com 41,19%; em 1991, com 41,03%; em 2000, com

39,27%; em 2010, com 38,23%. Assim, a perda de participação no total estadual é de 11,80%, se compararmos entre o ano inicial (1970) e o ano final (2010) do período analisado.

Em direção oposta à dinâmica dos dois grupos populacionais analisados, década após década, a capital registrou aumento de participação no total da população do Amazonas. Manaus iniciou o ano de 1970 com um 1/3 da população do Amazonas, ou 32,62%. Em 1980, já possuía 44,28%, em 1991, 48,09%, em 2000 alcançava quase metade da população estadual, 49,9%, enquanto em 2010 registrava mais da metade desse total populacional, com 51,72%. O ganho de participação no quantitativo da população estadual entre os anos de 1970 e de 2010 foi substancial para a capital amazonense, ou 19,10% (**tabela 6**).

**Tabela 6 – Dinâmica populacional do estado do Amazonas, capital, quatro municípios selecionados, demais municípios (1970-2010)**

UF, Municípios	População (pessoas) X Anos							
	1970 (A)		1980 (B)		Saldo A-B (%)	1991 (C)		Saldo B-C (%)
	V. Abs.	%	V. Abs.	%		V. Abs.	%	
Total	955.203	100	1.430.528	100	–	2.103.243	100	–
Manaus	311.622	32,6	633.383	44,28	11,66	1.011.501	48,1	3,81
4 municípios mais populosos	165.668	17,4	207.890	14,53	-2,82	228.683	10,9	-3,66
Demais municípios	477.913	50	589.255	41,19	-8,84	863.059	41	-0,16

UF, Municípios	População (pessoas) X Anos					
	2000 (D)		Saldo C-D (%)	2010 (E)		Saldo D-E (%)
	V. Abs.	%		V. Abs.	%	
Total	2.817.252	100	–	3.483.985	100	–
Manaus	1.405.835	49,9	1,81	1.802.014	51,72	1,82
4 municípios mais populosos	305.014	10,8	-0,04	349.978	10,05	-0,03
Demais municípios	1.106.403	39,3	-1,76	1.331.993	38,23	-1,04

Fonte: IBGE. Censos demográficos.

Como foi possível constatar, no início do período analisado (1970) havia maior equilíbrio na distribuição da população pelos municípios amazonenses e, por conseguinte, na participação destes na composição do total de moradores do estado. Contudo, ao longo do tempo a participação dos municípios no total da população estadual foi sendo alterada. A concentração da população amazonense em Manaus ocorreu paralelamente ao crescimento da população estadual, enquanto os

demais municípios amazonenses registraram situação oposta à de Manaus, tendendo ao esvaziamento populacional<sup>14</sup>.

Numa avaliação geral, entre 1970 a 2010 reafirma-se, no Amazonas, o padrão de concentração demográfica na capital. Os demais sessenta e um municípios amazonenses não acompanharam o ritmo de crescimento da população nesse período, reduzindo, de forma incontestável, sua participação no contingente estadual pois, somados, passaram a representar menos da metade da população. Acrescenta-se que a diminuição da cota desses municípios no total da população estadual foi significativa e constituiu -19,10% ao longo do período, embora o declínio tenha sido menos radical nos indicadores demográficos do que na economia do estado.

Os dados sobre a dinâmica dos quatro municípios mais populosos do Amazonas, após a capital, no período 1970–2010, podem ser referidos na **(tabela 7)** abaixo.

**Tabela 7 – População residente nos 4 municípios mais populosos, Proporção sobre a população total, Variação entre décadas, Amazonas – 1970, 1980, 1991, 2000, 2010**

Município	Anos X População residente (Pessoas) X População residente (Percentual)									
	1970		1980		1991		2000		2010	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%
Careiro	40.767	4,27	-	-	-	-	-	-	-	-
Coari	-	-	42.609	2,98	-	-	67.096	2,38	75.965	2,18
Itacoatiara	37.346	3,91	52.882	3,7	58.757	2,79	72.105	2,56	86.839	2,49
Manacapuru	49.469	5,18	61.018	4,27	57.173	2,72	73.695	2,62	85.141	2,44
Parintins	38.086	3,99	51.381	3,59	58.783	2,79	92.118	3,27	102.033	2,93
Tefé	-	-	-	-	53.970	2,57	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>165.668</b>	<b>17,3</b>	<b>207.890</b>	<b>14,5</b>	<b>228.683</b>	<b>10,9</b>	<b>305.014</b>	<b>10,8</b>	<b>349.978</b>	<b>10,1</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

<sup>14</sup> No tocante, especificamente, à dinâmica dos municípios que compõem o grupo dos quatro mais populosos, um destaque a ser feito relaciona-se ao município de Careiro, que dentre os demais municípios amazonenses, é o que se localiza mais próximo da capital Manaus, a 20 km de distância, embora seja separado desta pelo rio Negro. Em 1970, esse município era o segundo com maior participação no total populacional nesse grupo, mas nas décadas seguintes não mais fez parte de sua composição. É importante ressaltar que durante todo o período 1970–2010, todos os municípios perderam participação, e, entre estes, é importante registrar a situação de Manacapuru. Embora esse município inicie o período como o que possui maior participação populacional no Amazonas, liderando o grupo em 1970 e 1980, no ano de 1991 perdeu essa liderança para o município de Parintins e nunca mais a recuperou. Portanto, Parintins, desde 1991, é o segundo município com maior participação no contingente populacional do Amazonas, depois de Manaus, liderando o grupo dos quatro mais populosos. De qualquer forma, em 2010, o fosso que separa a capital Manaus, primeira colocada em quantitativo de população no Amazonas, com mais de um milhão de habitantes, para o segundo colocado, Parintins, com 102.033 habitantes, demonstrou por si só a superconcentração da população na capital amazonense.

O impacto desses processos econômicos e demográficos sob a égide do modelo produtivo da ZFM na urbanização do Amazonas e na conformação de sua rede urbana será abordado no próximo item.

#### **4. A REDE URBANA DO AMAZONAS: REAFIRMAÇÃO DA CAPITAL COMO CIDADE PRIMAZ E A CRIAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS (RMM)**

Um ângulo importante para avaliar o processo de urbanização ocorrido no Amazonas no período de integração nacional é a configuração de sua rede de cidades. Nesse sentido, pergunta-se: qual a rede urbana conformada no segundo mais importante momento da urbanização do estado do Amazonas? Para responder a essa questão serão abordados os seguintes aspectos: a criação de novos municípios; o padrão de localização das cidades; o tamanho dos municípios segundo a classificação de seus quantitativos populacionais; que município comanda a rede urbana amazonense.

##### **4.1 Localização dos municípios amazonenses: A manutenção do padrão dendrítico da rede urbana**

O período da integração nacional no Amazonas teve suas peculiaridades quanto à criação de novos municípios e ao padrão de localização das cidades ao longo da calha dos rios.

Conforme a Pesquisa de Informações Básicas Municipais–MUNIC (IBGE, 2001), na escala nacional, em virtude da vigência do governo militar, caracterizado por maior centralização do poder no país e das decisões burocráticas, o período de 1966 a 1985 foi o de menor fôlego para a criação de novos municípios. Situação que foi alterada com o processo de redemocratização e a elaboração da nova Carta Magna de 1988, tanto pelo reconhecimento do município como integrante da Federação (assim como a União, os Estados e o Distrito Federal) e como entidade dotada de autonomia político-administrativa (artigo 18), quanto pela sua criação, que se tornou descentralizada, passando a ser prerrogativa dos estados. Assim, no pós-constituente, acelerou-se o processo de emancipação e criação de novos municípios no Brasil. No período de 1988 a 2001 houve um crescimento de cerca de 40% de novos municípios, segundo a MUNIC (IBGE, 2001).

Na escala regional, a criação de novos municípios no Amazonas ocorreu de forma distinta, indo na contramão do que aponta a MUNIC (IBGE, 2001). Em 1970, o estado do Amazonas possuía 44 municípios. Em 1980, ocorreu o ápice da criação de novas municipalidades, especificamente nos anos de 1981 e 1987, quando foram criados dezesseis e dois municípios, respectivamente. Todavia,

no período pós-Constituição Federal (1988), nenhum ente federado municipal foi criado no Amazonas, permanecendo até os dias atuais com a quantidade estabelecida em 1987, qual seja, 62 municípios.

O pouco dinamismo deste território em termos de sua repartição para a criação de um novo ente federado e provável melhor distribuição da população e atividades econômicas no âmbito intraestadual, no período pós-Constituição Federal de 1988, fez também com que o Amazonas destoasse da dinâmica de criação de municípios das demais unidades da federação que compõem a Região Norte. Estas, conforme dados da tabela 8, no período de 1991 a 2000, duplicaram o número de municipalidades. Foi o caso de Rondônia, que saltou de 23 para 52 municípios. Alguns chegaram muito próximo a isso; são os casos do Acre, de Roraima, do Amapá e do Tocantins. No Pará, houve um aumento de 1/3 do número dos municípios: em 1991, o estado contava com 105 municípios, saltando para 143 no fim do período. Por sua vez, no ano de 2010, não houve registro de criação de nenhum novo ente federado municipal nos estados da Amazônia.

Por outro lado, é importante destacar que a maior parte dos novos municípios criados no Amazonas no período de 1970 a 2010 não se vincularam às ações do contexto da integração produtiva da Amazônia à economia nacional, como colonização dirigida e espontânea e os grandes projetos minerários/metalúrgicos, nem à construção de estradas e outras iniciativas governamentais. As novas municipalidades resultaram de desmembramento de outros municípios preexistentes e justificam-se mais politicamente do que do ponto de vista econômico. Além das controvérsias por não ter havido consulta pública para a sua criação, Oliveira (2000) destaca que as justificativas que embasaram a criação desses municípios nesse período foram a extensão territorial do estado do Amazonas, sendo necessária a divisão para melhor administrá-lo, e os interesses dos políticos em obter cargos eletivos e benefícios para seus apoiadores. Os dados da criação dos municípios no Amazonas e nas demais UF's da Região Norte constam na **(tabela 8)**.

**Tabela 8 – Número de municípios criados nas unidades da federação da Região Norte (1960 – 2010)**

Unidade da federação	Ano X Número de municípios					
	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Rondônia	2	2	7	23	52	52
Acre	7	7	12	12	22	22
Amazonas	44	44	44	62	62	62
Roraima	2	2	2	8	15	15
Pará	60	83	83	105	143	143
Amapá	5	5	5	9	16	16
Tocantins	-	-	-	79	139	139

---

Notas:

1. Território de Rondônia passou à categoria de Estado no ano de 1981;
2. Território do Acre elevado à categoria de Estado no ano de 1962;
3. O território do Rio Branco recebeu a denominação de Roraima, em 1962, e foi elevado à categoria de Estado em 1988, por decisão da Assembleia Nacional Constituinte;
4. Território do Amapá, elevado à categoria de Estado em 1988, por decisão da Assembleia Nacional Constituinte.
5. Estado de Tocantins: criado em 1988, por decisão da Assembleia Nacional Constituinte.

Fonte: IBGE. Censos demográficos.

No caso da incorporação de novas áreas ao processo de industrialização de Manaus, tomando como referência principal a ZFM e procurando estabelecer relação desta com a criação de novos municípios, identifica-se que os novos municípios criados não têm atividades que atuem de forma direta ou complementar à atividade industrial. Estes, não destoando do perfil da maioria dos municípios amazonenses, têm como principal atividade econômica a agropecuária<sup>15</sup>, demonstrado na participação no Valor Adicionado Bruto (VAB)<sup>16</sup> estadual, (IBGE, 2012), exclusive o município de Tabatinga. Este último, por estar situado na fronteira com o Peru e a Colômbia, possui maior aparato de estruturas governamentais, principalmente as de defesa do território, sendo sua atividade mais importante a administração pública.

A constatação do pouco dinamismo na repartição territorial do Estado do Amazonas pode também estar relacionada à concentração econômica e demográfica na capital Manaus. Porém, são necessários mais elementos para entender essa questão. De qualquer forma, é incontestável que além de terem sido criados poucos municípios no período em estudo, as novas municipalidades não possuíam relacionamento direto com a atividade econômica industrial alavancada pela ZFM.

Sobre a localização das cidades no âmbito do estado do Amazonas, identifica-se, no início do período em estudo (1970), uma rede urbana *dendrítica*<sup>17</sup>, ou seja, esta é uma rede urbana cujo padrão de localização dos núcleos populacionais estrutura-se ao longo da calha dos rios (**mapa 1**).

---

<sup>15</sup> O caso da criação do município de Rio Preto da Eva teve a particularidade de sua área fazer parte da zona rural do município de Manaus, abrigando nesse território uma colônia agrícola. A área rural da capital amazonense foi desmembrada para formá-lo, incorporando também áreas dos municípios de Silves e Itacoatiara. A produção agrícola de Rio Preto da Eva é fortemente direcionada para a capital amazonense.

<sup>16</sup> VAB: riqueza produzida em determinada etapa da produção (incluindo vendas e estoques), deduzido o Consumo Intermediário.

<sup>17</sup> Conceito utilizado na área de Geologia. Segundo IBGE (2009), é um dos tipos básicos de padrões de drenagem identificado por Howard (1967), que utiliza o critério geométrico da disposição espacial dos rios e seus afluentes, sem qualquer conotação genética. O padrão dendrítico “desenvolve-se tipicamente sobre rochas de resistência uniforme ou em rochas estratificadas horizontalmente. Os canais distribuem-se em todas as direções sobre a superfície e se unem formando ângulos agudos de graduações variadas, mas sem chegar ao ângulo reto. Frequentemente está associado a um outro padrão de drenagem, gerando padrões subsidiários, bem como padrões modificados” (IBE, 2009, pág. 99).



administradores do Estado para a gestão do território amazonense foi separar os municípios pela calha dos rios onde se localizam, conforme demonstrado no **(quadro 1)**.

<b>Quadro 1 – Municípios do Amazonas, por sub-região</b>		
<b>Sub-Região / Municípios</b>	<b>Sub-Região / Municípios</b>	<b>Sub-Região / Municípios</b>
<b>1ª Sub-região – Região do Alto Solimões</b>	<b>2ª Sub-Região – Região do Triângulo Jutai–Solimões-Juruá</b>	<b>3ª Sub-região – Região do Purus</b>
Amaturá Atalaia do Norte Benjamin Constant Santo Antônio do Içá São Paulo de Olivença Tabatinga Tonantins	Alvarães Fonte Boa Japurá Juruá Jutai Maraã Tefé Uarini	Boca do Acre Canutama Lábrea Pauini Tapauá
<b>4ª Sub-região – Região do Juruá</b>	<b>5ª Sub-região – Região do Madeira</b>	<b>6ª Sub-região – Região do Alto Rio Negro</b>
Carauari Eirunepé Envira Guajará IPIXUNA Itamarati	Apuí Borba Humaitá Manicoré Novo Aripuanã	Barcelos Santa Isabel do Rio Negro São Gabriel da Cachoeira
<b>7ª Sub-região – Região do Rio Negro – Solimões</b>	<b>8ª Sub-região – Região do Médio Amazonas</b>	<b>9ª Sub-região – Região do Baixo Amazonas</b>
Anamã Anori Autazes Beruri Caapiranga Careiro (Castanho) Careiro da Várzea Coari Codajás Iranduba Manacapuru Manaquiri Manaus Novo Airão Rio Preto da Eva	Itacoatiara Itapiranga Maués Nova Olinda do Norte Presidente Figueiredo Silves Urucurituba	Barreirinha Boa Vista do Ramos Nhamundá Parintins São Sebastião do Uatumã Uruará

Fonte: SEPLAN (2006) apud Sousa (2008).

Com o advento da ZFM, o padrão dendrítico de localização das cidades amazonenses não foi rompido, apesar da dominância da industrialização como principal atividade econômica. Atualmente, dos sessenta e dois municípios amazonenses, apenas dezesseis são ligados por rodovias à capital Manaus ou a outros estados (no caso dos municípios isolados no próprio estado, como Boca do Acre,



que se ligam por rodovia com outra unidade da federação). Isto é sintetizado no quadro 2, que traz, ainda, informações acerca da denominação, jurisdição e o estado de conservação dessas rodovias (quadro 2).

**Quadro 2 – Manaus e outros municípios – ligações rodoviárias**

Municípios do Amazonas Ligados por Rodovias com a capital	Rodovia	Jurisdição	Observação
Manacapuru	AM-070	Estadual	...
Novo Airão	AM-352	Estadual	...
Irlanduba	AM-070	Estadual	...
Rio Preto da Eva	AM-010	Estadual	...
Presidente Figueiredo	BR-174	Federal	...
Itacoatiara	AM-010	Estadual	...
Silves	AM-363	Estadual	...
Itapiranga	AM-363	Estadual	...
Careiro da Várzea	BR-319	Federal	...
Careiro	BR-319	Federal	...
Autazes	AM-254	Estadual	...
Manicoré	BR-319	Federal	Condições precárias e sazonais da BR
Lábrea	BR-230	Federal	Condições precárias e sazonais da BR
Humaitá	BR-319	Federal	Condições precárias e sazonais da BR
Apuí	BR-230	Federal	Condições precárias e sazonais da BR
Novo Aripuanã	AM-360	Estadual	Condições precárias e sazonais da AM
Ligação de Manaus com outros Estados			
Roraima	BR 174	Federal	...
Rondônia	BR-319	Federal	Condições precárias e sazonais da BR
Municípios Isolados da capital com ligação para outros Estados			
Boca do Acre	AM-317	Estadual	Ligado com Rio Branco/Ac

Nota: - Sem informação.

Fonte: Anuários Estatísticos do Amazonas. Organizado pela autora.

A persistência do padrão dendrítico de localização das cidades possui várias implicações para a incorporação do Amazonas ao processo de desenvolvimento em curso na Amazônia Ocidental. Assim, no debate existente sobre as alternativas para o desenvolvimento econômico do Amazonas, uma das questões citadas como obstáculo é a ausência de infraestrutura em logística de transporte, em particular de rodovias, para a circulação tanto de mercadorias quanto de pessoas.

O debate feito por empresários e especialistas foca mais detidamente na integração do Amazonas com o resto do país, pois tem em vista possíveis exportações de produtos e mercadorias. Nessa perspectiva, para Rocha (2014), o problema dos estados da Amazônia e, em particular, do Amazonas, não é sua localização distante dos grandes centros, mas a ausência de infraestrutura de logística em transporte, especificamente de rodovias, que é o tipo de modal mais utilizado no Brasil. Essa situação limita a integração ao país, pois as rodovias existentes no estado, conforme esse autor,

o conectam somente à região Norte, além destas serem precárias para utilização, como é o caso da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho (RO).

Sobre as rodovias, destaca-se que, na escala regional, as existentes nos estados da Amazônia, na atualidade, correspondem a 8,59% do total do país e apenas 10,02% encontram-se pavimentadas. Quanto à distribuição na região, segundo dados do DENIT/MT<sup>19</sup> (2015), a maior extensão de rodovias encontra-se no estado do Pará (29,00%), seguido de Tocantins (25,91%) e depois Rondônia (18,56%). O estado do Amazonas ocupa a quarta colocação, com 9,74%.

Por outro lado, conforme dados da Nota Técnica “Logística dos Transportes no Brasil” (IBGE, 2014), além do predomínio do modal de rodovias para deslocamento e transporte de mercadorias e produtos na distribuição da logística de transportes no Brasil, essa modalidade é concentrada na região Centro-Sul, particularmente em São Paulo.

No caso do Amazonas, a partir da Zona Franca de Manaus, a movimentação de carga para o Centro-Sul exigiu uma forma mista de transporte, o multimodal hidroviário e rodoviário, numa solução de complementariedade entre os dois modais, possibilitando o transporte de cargas de maior volume e peso, através de *contêineres*, especialmente pelas empresas do Distrito Industrial de Manaus.

Tendo em vista as limitações do modal rodoviário no Amazonas, outra opção muito utilizada para transporte de cargas e mercadorias em direção ao Centro-Sul, além do transporte multimodal hidroviário e rodoviário, é o aeroviário. No mapa da logística (IBGE, 2013), esse tipo de modal é caracterizado por possuir custo elevado, por isso é utilizado somente para transportar produtos de alto valor agregado ou os que são perecíveis, exigindo mais rapidez e segurança.

Contudo, no mapa 2, um fato importante a ser destacado é o trecho Manaus–São Paulo, que concentrou mais de 20% do total da carga transportada no país em 2010<sup>20</sup>. Isso ocorreu em virtude das atividades da ZFM, cujas empresas, com plantas industriais em Manaus, têm seu ponto de comando no estado de São Paulo, bem como seu principal mercado consumidor (IBGE, 2013, p. 23).

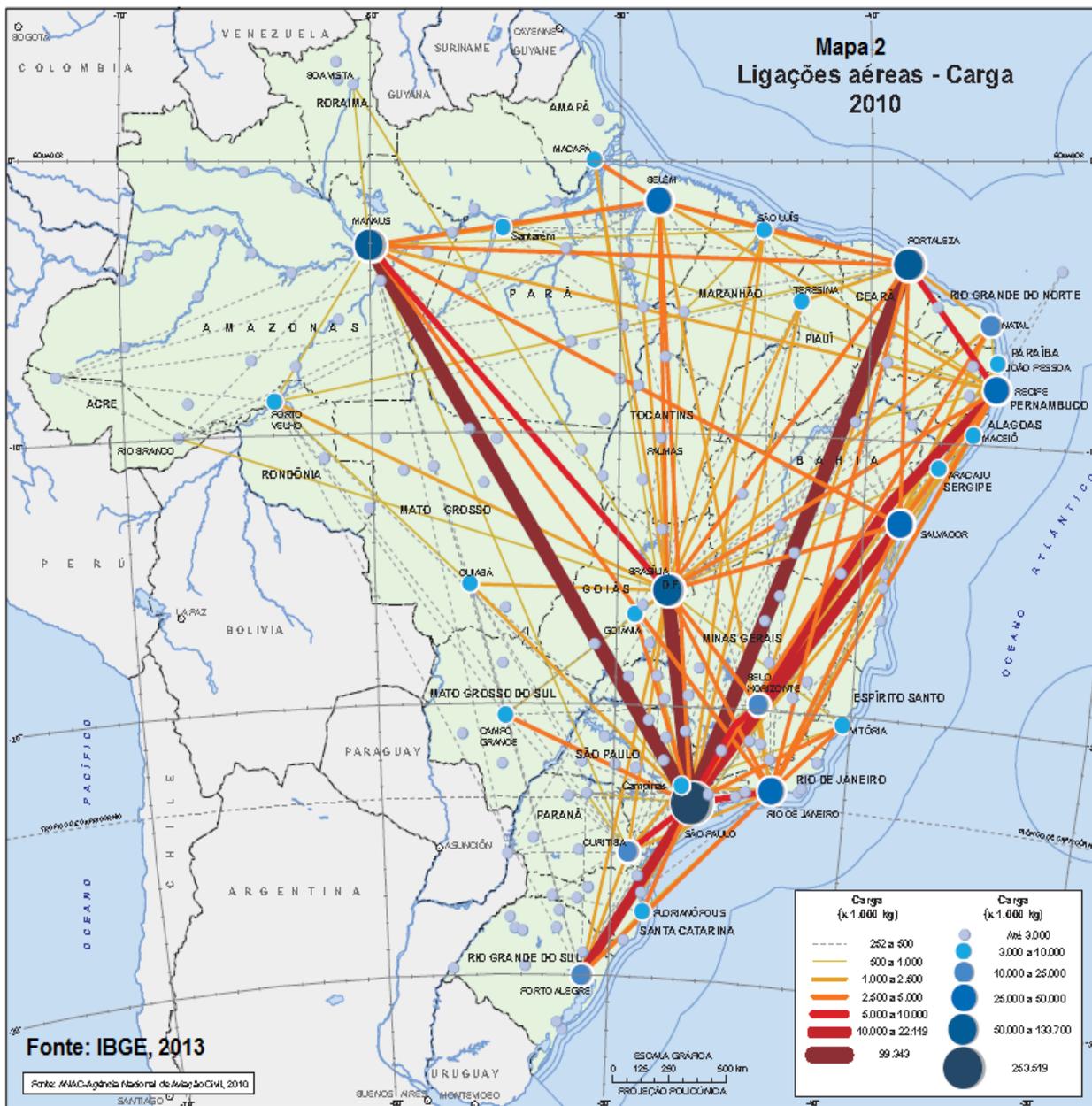
Essa informação referenda tanto o aspecto da gestão e controle das empresas da ZFM, cujo comando é extralocal, quanto o destino da produção, que é o mercado interno, além de demonstrar

---

<sup>19</sup> Pelos dados do DENIT/MT (2015), encontram-se planejadas para a Amazônia 32.367,6 km de rodovias que corresponde a 20,5% do total do país. Importante destacar que o estado que ocupa o primeiro lugar no planejamento da rede de rodovias é o Amazonas, com 26,0% do total da Região Norte.

<sup>20</sup> Os demais pares de ligações de transporte aéreo de cargas estão distribuídos entre Brasília, Salvador, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife, Belém e outros municípios, dos quais, em sua maior parte, possuem destino/origem concentrada principalmente em São Paulo seguido de Brasília (IBGE, 2013).

que diante da ausência das rodovias, o transporte de cargas para outras regiões do país ocorre,



notadamente, por via aérea (mapa 2).

Todos esses elementos referendam e enfatizam o papel da capital do estado do Amazonas como a principal cidade da rede urbana do Amazonas, e que o tipo de produção industrial em curso a partir do advento da ZFM não alterou a repartição territorial e, principalmente, o padrão de localização das cidades amazonenses, mantendo-se o padrão dendrítico, pois suas relações

produtivas encontram-se concentradas em Manaus e voltadas para o exterior, para mercados externos à região, tanto na aquisição de insumos quanto na destinação da produção.

O impacto das atividades econômicas da ZFM sobre o tamanho dos municípios conforme o quantitativo populacional será mais bem discutido no próximo subitem.

#### **4.2 O tamanho dos municípios do Amazonas no período de 1970–2010: a manutenção da primazia urbana de Manaus**

A classificação dos municípios amazonenses de acordo com a sua população total ou com a população das áreas urbanas<sup>21</sup>, torna possível vislumbrar o crescimento demográfico das cidades, a participação de cada classe de tamanho no contingente de habitantes do estado do Amazonas, bem como sua contribuição no total de moradores na zona urbana estadual, demonstrando, em última instância, a dinâmica demográfica e de urbanização que esteve em curso no período de 1970 a 2010 nessa Unidade da Federação.

Para fins de entendimento dessa questão, optou-se por elaborar uma classificação das cidades amazonenses conforme nove (9) classes de tamanho, expostas na tabela 9. A análise dessa classificação focou nos seguintes aspectos: a quantidade de municípios por classe de tamanho no decorrer do período 1970–2010, o que cada classe representa, em percentual, do total de população do estado do Amazonas e do total da população urbana do estado do Amazonas (**tabela 9**).

---

<sup>21</sup> A classificação foi feita com base na organização feita por Santos (1997) para o período de 1991 a 2000. Foram feitos ajustes, pois essa autora criou intervalos com os municípios do Amazonas que possuíam a parte 20 mil habitantes, recurso utilizado por pesquisadores para aplicar o conceito de urbano e transpor os limites da definição oficial que estabelece como cidade todas as sedes de municípios e distritos.

**Tabela 9 - Municípios por classe de tamanho, proporção sobre a população total e proporção sobre a população urbana - Amazonas - 1970, 1980, 1991, 2000, 2010**

Municípios por classe de tamanho/ Nº de habitantes	1970			1980			1991		
	Quantidade de municípios	% sobre a pop total	% sobre a pop urbana	Quantidade de municípios	% sobre a pop total	% sobre a pop urbana	Quantidade de municípios	% sobre a pop total	% sobre a pop urbana
Classe 1 Até 4.999	5	1,8	0,6	3	0,8	0,3	2	0,4	0,4
Classe 2 5.000 - 9.999	9	7,1	2,1	10	5,5	2,1	16	5,4	2,7
Classe 3 10.000 - 19.999	22	33,5	1,3	16	16,6	6,2	28	19,4	9,8
Classe 4 20.000 - 49.999	7	25,0	14,4	11	21,3	11,2	11	15,8	10,0
Classe 5 50.000 - 99.999	0	0,0	0,0	3	11,6	8,7	4	10,9	10,3
Classe 6 100.000 - 199.999	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Classe 7 200.000 - 499.999	1	32,6	69,9	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Classe 8 500.000 - 999.999	0	0,0	0,0	1	44,3	71,4	1	48,1	67,0
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>44</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>62</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Municípios por classe de tamanho/ Nº de habitantes	2000			2010		
	Quantidade de municípios	% sobre a pop total	% sobre a pop urbana	Quantidade de municípios	% sobre a pop total	% sobre a pop urbana
Classe 1 Até 4.999	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Classe 2 5.000 - 9.999	9	2,5	1,7	5	1,2	0,8
Classe 3 10.000 - 19.999	25	12,6	6,8	24	10,6	7,1
Classe 4 20.000 - 49.999	22	21,9	13,8	25	21,7	14,3
Classe 5 50.000 - 99.999	5	13,1	11,4	6	11,9	10,2
Classe 6 100.000 - 199.999	0	0,0	0,0	1	2,9	2,5
Classe 9 Acima de 1.000.000	1	50,0	66,3	1	51,7	65,1
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>62</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE. Censos demográficos.

Nesse sentido, as classes de tamanhos que sempre tiveram participação acima de 10% no total da população do estado do Amazonas em todo o período 1970-2010 são a três (3) e a quatro (4), ainda que, à medida que avançaram as décadas, a classe três perdeu a importância populacional que teve no início do período (1970), quando registrou 33,5% do total da população estadual. Dessas duas classes, apenas a quatro teve participação significativa na urbanização estadual nesse período, apesar da perda de importância entre 1980–1991, recuperando-se nas décadas posteriores. Por outro lado, a participação pequena e periférica das classes (um) 1 e dois (2), em ambos os aspectos em destaque, justifica terem desaparecido a partir da década de 2000.

Por sua vez, a classe cinco (5) emergiu somente a partir da década de 1980, estreando com participação importante tanto na composição populacional (11,6%) quanto na urbanização (8,7%) e manteve esse patamar até o final do período (2010). A classe seis (6), foi registrada já no ano de 2010, composta por apenas um município, Parintins, situado no oeste do estado. Sua participação no total populacional e na urbanização é discreta, registrando 2,9% e 2,5%, respectivamente.

Um fato relevante da classificação do tamanho das cidades do Amazonas — apesar de focada apenas no quantitativo do número de municípios, de população total e de população urbana —, é que a existência de lacunas entre as classes de tamanho ou composição rarefeita com apenas um município sintoniza-se com o estudo da rede urbana brasileira feito pelo REGIC/IBGE (2007). O REGIC destacou a desigualdade existente na distribuição dos níveis hierárquicos de cidades, existindo áreas de rede urbana nas quais níveis hierárquicos intermediários inexistem. Estes possuem forte presença do sistema de primazia urbana diante da ocupação esparsa do território, situação encontrada nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

As Regiões Norte e Nordeste, por sua vez, ilustram o segundo caso, já que apresentam distribuições truncadas em que faltam níveis hierárquicos, apresentando um sistema primaz. Este ocorre tanto em áreas da Amazônia e do Centro-Oeste, onde há esparsa ocupação do território, quanto do Nordeste, apesar de sua ocupação consolidada e, em muitas áreas, densa (IBGE, 2007, p. 13).

Outro aspecto que sobressai é a participação das classes de tamanho do qual Manaus faz parte. A capital amazonense, pela concentração de população e primazia urbana, compôs sozinha, desde 1970, categorias que sempre tiveram liderança estadual tanto no quantitativo populacional quanto na urbanização.

Assim, em 1970, Manaus inaugurou a classe sete (7), representando 32,6% da população estadual e 69,9% de urbanização. Em 1980, com o aumento significativo de sua população, a capital amazonense fez emergir a classe oito (8), alcançando 44,3% da população estadual e um leve aumento de participação na urbanização, 67,0%. A última classe de tamanho com registro no Amazonas é a classe nove (9), inaugurada em 1991 também por Manaus, que permaneceu nesse grupo até os dias atuais.

Além do ingresso isolado na classe de tamanho nove (9), um fato marcante para a capital amazonense no ano de 1991 foi seu quantitativo de habitantes que praticamente dividiu o Estado, alcançando 48,1% do total da população estadual. Outro acontecimento importante nessa década foi Manaus ter atingido a condição de metrópole regional, conforme já apontavam estudos especializados desde a década de 1970 (IBGE, 2007). Ademais, a concentração demográfica nessa fração do território avançou mais ainda nos anos posteriores, registrando 49,9% em 2000 e, em 2010, superou a metade dos habitantes do Amazonas, com 51,7%.

Quanto ao processo de urbanização, foi no ano de 1991 que começou a diminuir lentamente a participação de Manaus no total do estado, com 67,0%. A tendência continuou em marcha nas décadas posteriores, registrando, em 2000, 66,2%, e 65,1% no ano de 2010. Contudo, essa redução da participação não significou perda de sua incontestável liderança na urbanização estadual.

Para Santos (1997), a diminuição da participação de Manaus na urbanização do estado a partir de 1991 pode estar refletindo a redução do impacto da ZFM e a sua perda de importância diante do cenário econômico adverso dos anos 1990. Viveu-se, naquele período, a liberação da economia sob o comando do governo neoliberal do Presidente Fernando Collor que, dentre outras iniciativas, abriu o mercado brasileiro das importações para todo o território nacional, tendo duro impacto sobre a atividade comercial da ZFM. Nessa perspectiva, segundo a autora, “Manaus já teria atingido seu nível de saturação, não sendo mais capaz de atrair e absorver fluxos migratórios intra e interestaduais” (SANTOS, 1997, p. 10).

Em reflexão sobre o processo de urbanização no Amazonas, Santos (1997) adverte que o fato de a capital Manaus possuir metade da população estadual e esta ser 99,39% urbana impacta sobre a caracterização do estado, que é representado por ter sua população, em sua maior parte, domiciliada na zona urbana. Dessa forma, o peso da população de Manaus no total do estado do Amazonas impede que este seja caracterizado como rural. Analisando os dados censitários de 1980 e 1991 do estado do Amazonas, Santos (1997) afirma que,

[n]a realidade, o Amazonas só não é basicamente rural devido ao peso da capital Manaus que é uma cidade que congrega quase a totalidade de sua população em área urbana (SANTOS, 1997, p. 14).

Por esse motivo, corroborando com Santos (1997), a concentração de mais da metade da população do estado na capital e o fato de essa população localizar-se majoritariamente na área urbana (seu grau de urbanização era de 99,49% no ano de 2010) exigem cuidado na interpretação dos dados ao analisar o processo de urbanização no estado do Amazonas.

De qualquer forma, a situação ocorrida com as classes 1, 2 e 3, de desaparecimento ou perda de relevância, demonstra que houve redução da importância dos pequenos municípios no Amazonas, ao longo do tempo, tanto em número absoluto quanto no que diz respeito à participação relativa na dinâmica demográfica e no processo de urbanização. E, simultaneamente, as demais classes a partir de 20.000 habitantes vêm aumentando aos poucos sua participação na população urbana estadual.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, no Amazonas, há 33 municípios, incluindo a capital, com mais de 20.000 habitantes — um parâmetro demográfico utilizado por pesquisadores para categorizar com mais precisão as cidades no país (VEIGA, 2002) — que eram responsáveis por 92,1% da população domiciliada nas zonas urbanas dos municípios do estado no ano de 2010. Esse fato demonstra que são esses municípios classicamente aceitos pelos pesquisadores como pertencentes à categoria de cidade os que mais contribuem para a urbanização amazonense depois de Manaus.

Os dados sobre a classificação dos municípios por classe de tamanho no decorrer do período 1970–2010 e o grau de urbanização de Manaus constam nas **(tabelas 9 e 10)**.

**Tabela 10 – Grau de urbanização - Manaus (1970 – 2010)**

Ano	População residente X Situação do domicílio			
	Total		Urbana	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%
1970	311622	100	283673	91,03
1980	633383	100	611843	96,6
1991	1011501	100	1006585	99,51
2000	1405835	100	1396768	99,36
2010	1802014	100	1792881	99,49

Nota:

1. Para os anos de 1970 e 1980: Dados da Amostra.
2. Para os anos de 1991, 2000 e 2010: Dados do Universo.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.



Sobre o caráter e especificidades da urbanização na Amazônia, Pereira (2012) e Becker (2013) afirmam que a intensa relação rural–urbano é uma das características desse processo na região, havendo um permanente fluxo entre cidade e campo. No caso do Amazonas, o fato de a atividade econômica de maior peso na maioria dos municípios ser a agropecuária e a maior participação na urbanização estadual advir dos 33 municípios acima de 20.000 habitantes, demonstra, de forma concreta, essa dinâmica rural–urbana, não sendo possível admitir uma separação radical entre campo–cidade, pois ambos compõem um todo inter-relacionado.

Por sua vez, é importante frisar que das 50 maiores municipalidades brasileiras, 23 estão localizadas no território do estado do Amazonas (IBGE, 2018). Este fato demonstra o gigantismo dos municípios do estado que, se confrontado com a densidade demográfica, aponta para a ocupação rarefeita de seu território.

Em uma rede urbana esparsa, com manutenção do padrão dendrítico e da primazia urbana, ambos característicos da região amazônica, conforme já destacado, são esses municípios com população acima de 20.000 habitantes os que mais contribuem, depois da capital, para a urbanização amazonense e nestes, a dinâmica rural–urbano encontra-se presente.

Nessa perspectiva, apesar da reflexão de Santos (1997), citada anteriormente sobre a urbanização de Manaus versus urbanização do Amazonas, os dados censitários mais recentes vêm demonstrando aumento da concentração da população nas áreas urbanas dos demais municípios amazonenses. Conforme a tabela 11, ao ser observada a situação de domicílios da população amazonense, no período 1970–2010, identificou-se que a proporção daqueles que se situam na zona urbana cresceu de 74,92% em 2000 para 79,08% no ano de 2010. Essa ocorrência mostra que o transbordamento do processo de urbanização no território amazonense é factível e, na atualidade, não é mais somente prerrogativa da capital Manaus (**tabela 11**).

Tabela 11 - População residente por situação de domicílio, Amazonas (1970 – 2010)						
Ano	População residente X Situação do domicílio					
	Total		Urbana		Rural	
	V. Abs.	%	V. Abs.	%	V. Abs.	%
1970	955203	100	406052	42,51	549151	57,49
1980	1430528	100	856716	59,89	573812	40,11
1991	2103243	100	1502754	71,45	600489	28,55
2000	2817252	100	2111246	74,94	706006	25,06
2010	3483985	100	2755198	79,08	728787	20,92

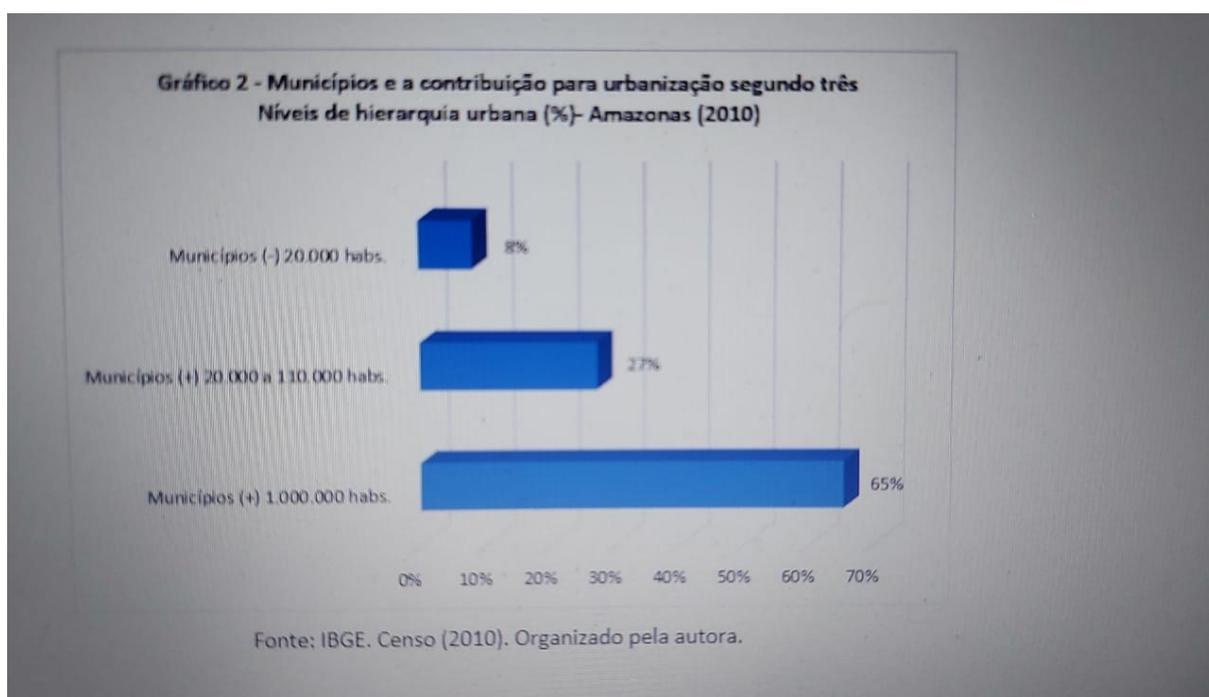
Nota:

Fonte: IBGE. Censos demográficos.

Na busca por avanços no entendimento do processo de urbanização no Amazonas e, ciente das potencialidades, mas também das limitações do estabelecimento de hierarquias urbanas<sup>22</sup> que facilitem essa compreensão, estabeleceu-se uma proposição a partir dos três aspectos analisados (número de municípios segundo classes de população, quantitativo populacional e participação no processo de urbanização estadual).

Assim, uma síntese possível de ser feita com base nos dados censitários do ano de 2010 é a identificação de três níveis na hierarquia urbana no Amazonas do ponto de vista da contribuição dos municípios para a urbanização estadual: a) a capital Manaus, com mais de 1.000.000 de habitantes, correspondendo a 65,1% da população urbana; b) trinta e dois (32) municípios com população entre 20.000 e 110.000 habitantes, correspondendo a 27,0% da população urbana; c) vinte e nove (29) municípios abaixo de 20.000 habitantes, que contribuem com 8,0% para a urbanização estadual.

Essa hierarquia urbana proposta para o estado do Amazonas pode ser conferida no gráfico a seguir (**gráfico 2**).



<sup>22</sup> “Classificar as cidades pode significar criar uma hierarquia estática entre elas, mas pode também ser o processo direto do entendimento das semelhanças e diferenças entre as diversas cidades que compõem a rede urbana” (OLIVEIRA, 2014, p. 5). Esse autor coordena o Núcleo de Pesquisa sobre Cidades na Amazônia Brasileira (NEPECAB), dedicado a estudar os processos de urbanização do estado do Amazonas. Recentemente, o NEPECAB propôs uma organização da rede urbana amazonense composta de variáveis menos tradicionais que as fundadas no aspecto quantitativo. Sobre o assunto, vide Oliveira (2014).

A importância da urbanização de Manaus para o Amazonas mostrou-se incontestável no período 1970–2010 pela majestosa concentração de população na zona urbana, que quase atingiu a universalidade de seus domicílios. Além disso, a associação dessa pujante urbanização com a concentração econômica e demográfica redundou, nos anos mais recentes, na criação da Região Metropolitana de Manaus (RMM), tendo a capital amazonense como seu município-sede, assunto que será mais bem abordado a seguir.

#### 4.3. Uma nova metrópole na Amazônia: a Região Metropolitana de Manaus

Conforme visto inicialmente, a proposta de desenvolvimento pensada e implementada na Amazônia colocou ênfase no processo de urbanização em coerência com o modelo de desenvolvimento capitalista em marcha na escala nacional, conforme defendido por Becker em sua tese da fronteira urbana (1990), referendada por Trindade Junior (1998) e Oliveira (2000).

Nessa perspectiva, a urbanização é um dos elementos associados a esse modelo de desenvolvimento, embora a Amazônia não tenha seguido o mesmo curso e a mesma trajetória desse processo na escala de outras regiões por tratar-se de um espaço subnacional que se inseriu de forma periférica na divisão regional do trabalho, situada no âmbito de uma nação dependente, subordinada, de *capitalismo tardio* (MELLO, 1982).

A Amazônia em geral e o Amazonas, em particular, participaram tardiamente desse processo, em sintonia com as temporalidades distintas com que a produção social do espaço sob o capitalismo se concretizou na região, embora isso não signifique, necessariamente, destoar de suas determinações mais gerais.

Acrescente-se a isso o fato de a urbanização amazônica possuir especificidades, como a interrelação do rural com o urbano (PEREIRA, 2012; BECKER, 2013), a imensidão territorial da região, a abundância de recursos naturais, a diversidade étnica e o uso dos rios como forma predominante de deslocamentos e referência para a vida da população e localização das cidades (PIZARRO, 2012).

Nesse sentido, a *urbanização concentrada* nas capitais estaduais, herdada da época da borracha (CORRÊA, 1989), teve distintas repercussões na região. No âmbito intrarregional teve importância na Amazônia Oriental, pois para Trindade Junior (1998), favoreceu o processo de metropolização com a criação da Região Metropolitana de Belém (RMB), ainda na década de 1970<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> A Região Metropolitana de Belém (RMB) foi criada oficialmente no ano de 1973 (Lei Complementar Nº 14, 08/06/1973), sendo composta pelos municípios de Belém e Ananindeua, no primeiro momento de instituição do espaço metropolitano no Brasil.

Por outro lado, esse autor destaca que o fato de Manaus receber incentivos com a criação da ZFM, propiciou condições para sua emergência como metrópole da Amazônia Ocidental.

É importante ressaltar que a nova dinâmica econômica de Manaus com o advento da ZFM e o aumento da concentração demográfica propiciou à cidade ascender à condição de metrópole da Amazônia Ocidental, juntamente com Belém, no início do período 1970–2010, tendo sido registrado pelo órgão oficial de geografia e estatística brasileiro, o IBGE. Contudo, sua formalização como região metropolitana não aconteceu nesse período.

Foi no estudo sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC) da década de 1970, publicado pelo IBGE em 1978, que Manaus emergiu pela primeira vez como metrópole regional. O estudo corrobora para o abandono da subordinação da capital amazonense a Belém, que havia sido registrada com o mesmo *status* pelo mesmo estudo na década anterior, em 1966. Conforme o REGIC: “Quanto a Manaus, subordinada a Belém no estudo de 1966, teve a sua emergência como metrópole regional reconhecida no estudo de 1978” (IBGE, 2007, p. 17).

Na década de 1980, a condição de metrópole alcançada por Manaus no âmbito regional foi sintetizada da seguinte forma por Corrêa (1989): “[t]rata-se de uma metrópole macrocefálica e ainda pouco articulada à sua região, mas, de qualquer modo, dotada de autonomia em face de Belém” (CORRÊA, 1989, p. 235). Ao mesmo tempo que destacou a nova posição de Manaus no contexto de sua rede urbana e a fragilidade de seus nexos internos com as demais cidades amazonenses, essa afirmação enfatizou sua independência como emergente metrópole da Amazônia.

Além disso, a capital amazonense, que passou a ocupar o topo da rede urbana regional, resultante da industrialização incentivada pela ZFM, se estabeleceu como metrópole regional classificada por suas interações espaciais como *grande centro industrial* conjugada com a atividade de comércio exterior (RIBEIRO, 2001). Seus fluxos de mercadorias partem para o Sudeste e para o exterior e nela se concentram serviços privados e públicos, além de infraestrutura necessária à realização das atividades industriais e de comércio nacional e externo.

A constituição de Manaus como metrópole, sem formar uma região metropolitana, pode ser considerada uma das especificidades desse processo na Amazônia Ocidental. Vários elementos contribuíram para essa ocorrência. A existência de obstáculos naturais que separam os municípios limítrofes a Manaus e áreas municipais muito extensas são características singulares que destoam da metropolização na Amazônia Oriental.

Tal situação opõe-se ao ocorrido quando da institucionalização da RMB, em 1973. Belém, já naquele período, demonstrava sinais de dispersão de seu processo de urbanização ao incorporar outro município, Ananindeua, em sua composição. Essa situação foi favorecida, entre outros motivos,

pela proximidade física dos dois municípios e a existência de conurbação. No referente à criação das regiões metropolitanas na Amazônia, é importante situar que a capital paraense foi instituída como sede de uma das primeiras regiões metropolitanas do Brasil, cedendo-lhe o nome à Região Metropolitana de Belém (RMB). Isso ocorreu por seu caráter de aglomeração concentradora de população e fortemente urbana, além da já citada conurbação a Ananindeua, seu segundo município componente.

A RMB foi criada no ano de 1973 e compôs um dos primeiros agrupamentos de municípios limítrofes definidos no Brasil, nove no total<sup>24</sup>, cuja junção visava integrá-los na perspectiva de planejamento e execução de funções públicas de interesse comum, como unidade de planejamento e gestão, e um contexto de governo militar, com centralização e forte presença do Estado na condução dos destinos do país (FASE, 2014). Nessa primeira fase de criação das regiões metropolitanas no Brasil, estas eram reguladas por legislação federal e faziam parte da política nacional de desenvolvimento urbano, em uma ação relacionada “à expansão da produção industrial e à consolidação das metrópoles como *locus* desse processo” (BITOUN; MIRANDA; FERNANDES, 2009, p. 5). Em seu âmbito, estavam os principais centros nacionais, como as capitais estaduais e municípios que constituíam suas áreas de polarização e unidade socioeconômica.

Por sua vez, a condição de Manaus como “metrópole sem região metropolitana” persistiu por mais de três décadas. Somente em maio de 2007, por meio da Lei Complementar 52, foi instituída a Região Metropolitana de Manaus (RMM)<sup>25</sup>. A primeira composição da RMM incluía os municípios de Manaus, Presidente Figueiredo, Novo Airão, Iranduba, Rio Preto da Eva, Itacoatiara e Careiro da Várzea, definindo a capital amazonense como seu município-sede. Posteriormente, a Lei Complementar 59, de 27 de dezembro de 2007, incluiu o município de Manacapuru. Houve ainda uma segunda alteração na composição da RMM, feita pela Lei 64/2009, que modificou a legislação anterior, incluindo os municípios de Careiro Castanho, Autazes, Silves, Itapiranga e Manaquiri.

A Região Metropolitana de Manaus (RMM) foi oficializada na primeira década do século XXI num outro contexto de criação de regiões metropolitanas no Brasil e distinto da criação da RMB na década de 1970. Nesse sentido, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, passou a ser a

---

<sup>24</sup> Lei Complementar Nº 14, de 08 de junho de 2006. Atualmente, a RMB está composta por sete municípios: Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará. Um destaque a ser feito, diz respeito ao município de Castanhal, que passou a integrar a RMB a partir do ano de 2011 (Lei Complementar nº 076, de 28.12.2011).

<sup>25</sup> Para realizar a gestão das funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana de Manaus (RMM), foi criada por meio da Lei Complementar Nº 60, de 29/02/2008, a Secretaria-Executiva do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus (SRMM), vinculada ao gabinete do governador do estado.

prerrogativa dos governos estaduais a criação de regiões metropolitanas no Brasil (Título III, Capítulo III, Artigo 25).

Em consonância com a extensão territorial do estado do Amazonas, possibilitou a condição à RMM, quando de sua instituição, como a região metropolitana de maior área física do país, com 101.475 km<sup>2</sup>, além da primazia urbana, o que neste caso alcança o segundo lugar do país, com 58% da população metropolitana vivendo em Manaus no ano de 2009 (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2010).

A proposta de criação da RMM causou certa controvérsia no contexto sociopolítico local, pelo fato de não atender ao critério físico utilizado para a definição das regiões metropolitanas na década de 1970, que é a *conurbação* entre os seus municípios. No caso específico da RMM, nenhum dos seus municípios limítrofes está *conurbado* ao município-sede da metrópole.

Entretanto, outros argumentos foram utilizados pelos defensores da proposta da RMM. A imprensa local divulgou os argumentos para justificar a sua instituição, como a obtenção de recursos federais nas áreas habitacional e de transporte para o conjunto dos municípios metropolitanos, conforme o registro abaixo.

Entre os benefícios provenientes da criação da Região Metropolitana, estão a disponibilidade de investimentos do Ministério das Cidades, para a construção de conjuntos habitacionais e grandes conexões viárias, como metrô e pontes (PORTAL AMAZÔNIA, 24 de maio de 2007).

Além disso, apresentava-se no cenário político a possibilidade de estender os benefícios da Zona Franca de Manaus – ZFM aos demais municípios metropolitanos, que já funcionavam como “dormitórios”, em face da intensa concentração de atividades econômicas (comércio, indústria e serviços) no município de Manaus. Nesse aspecto, tramita no Congresso Nacional uma PEC (22/2010) cujo objetivo é a extensão da área de livre comércio para os municípios limítrofes a Manaus, incluindo os que fazem parte da RMM.

Contraditoriamente, alguns defensores do projeto da RMM argumentavam que sua criação possuía a perspectiva de focalizar em outras áreas, que não as já abrangidas pela ZFM (como a agricultura), evitando o tendencial esvaziamento do campo e a concentração populacional no grande centro urbano, representado pela capital Manaus.

O Estado precisa avançar em várias áreas, entre as quais na agricultura, porque não podemos continuar focados no modelo Zona Franca de Manaus (ZFM), que esvaziou alguns municípios amazonenses, e que tem data certa para terminar seus incentivos fiscais (PORTAL AMAZÔNIA, 22 de maio de 2007).

Nesse contexto da RMM foi construída a Ponte Rio Negro no ano de 2011, que interliga Manaus ao município de Iranduba, possibilitando uma ligação terrestre entre os dois municípios. Sobrepondo as águas do rio Negro, a ponte suplantou as barreiras naturais para a circulação de pessoas e mercadorias entre a capital e os municípios de Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara e Novo Airão, apontando novas possibilidades para a descentralização do desenvolvimento e da urbanização historicamente concentrados na capital da Amazônia Ocidental.

Um aspecto a ser destacado é a existência da migração pendular para Manaus, que implica na vinda com retorno diário para o município de origem dos migrantes. Os municípios limítrofes que mais se destacam nessa ocorrência são Iranduba e Careiro da Várzea. Conforme Ehnert (2011), além do motivo de trabalho, a ausência do acesso à educação, em particular à de nível superior, e limitadas condições dos serviços de saúde, são os principais motivos para os deslocamentos diários para a capital amazonense. Há casos, como do município de Presidente Figueiredo, que o poder público disponibiliza transporte para estudantes matriculados em faculdades localizadas em Manaus.

A criação da RMM tendo Manaus como seu município-sede e o mais importante do ponto de vista político, econômico, demográfico e de urbanização demonstra que o comando da hierarquia urbana estadual pela capital Manaus é incontestável. Essa rede urbana primaz, reforçada a partir das ações estatais e do grande capital, concretizada na ZFM, viabilizou a integração da sub-região Amazônia Ocidental, por meio da capital Manaus, com a escala nacional, constituindo-se em fração do território dotado de forte dinamismo econômico sob o comando de atividade industrial sem vínculo regional.

Em última instância, a emergência de uma nova metrópole na Amazônia significou um impacto na rede urbana regional, sua reorganização e novos centros de comando diante das ações econômicas implementadas na região desde a década de 1960. Entretanto, tal impulso de desenvolvimento econômico, baseado na indústria de transformação de bens duráveis, não impulsionou novas funções dentro da própria rede de cidades amazonenses, conforme já discutido anteriormente.

Nessa perspectiva, enfocando a escala regional do processo de urbanização desigual do território amazônico, foram estabelecidos centros e periferias na Amazônia, na qual se cristalizam elementos herdados de outros tempos, como a concentração da população, do desenvolvimento e das funções urbanas em poucas cidades e uma rede de cidades pequenas e com articulações mais internas que externas.

No caso das duas metrópoles, Belém e Manaus, o espaço urbano mais avançado do capital que também se faz presente nessa região, apesar de sua projeção nacional, possui rede de relações mais restritas, notadamente no âmbito regional, com as capitais estaduais, e na escala nacional com as cidades mais dinâmicas do Centro-Sul, conforme demonstra estudo REGIC (IBGE, 2007).

As sedes das metrópoles amazônicas, as capitais estaduais Belém e Manaus, ilustram bem o processo de urbanização desigual da Amazônia. Nelas, as determinações do passado somaram-se às do período de integração nacional. Apesar de não receberem os mesmos investimentos e terem perfil econômico diverso, de comércio e serviços em Belém e de atividade industrial em Manaus, ambas as capitais comandam a hierarquia urbana e regional desde o período do ciclo econômico da borracha.

Nessa perspectiva, alguns elementos apontam para maior complexificação da urbanização na parte oriental da Amazônia, comandada por Belém, como a emergência de cidades de médio porte, rompendo com a *urbanização concentrada* na capital estadual. Isso porque, conforme visto anteriormente, seguindo a trilha dos recursos naturais, com destaque para os minérios, vultuosos empreendimentos encontram-se aportados em outras sub-regiões do estado, fora da área de abrangência da Região Metropolitana de Belém (RMB), consubstanciados, em geral, em grandes projetos econômicos produtores de *commodities*, favorecendo a desconcentração econômica e contribuindo também para a dispersão da urbanização em que se destacam pequenas e médias cidades.

Por sua vez, a desconcentração urbana é fenômeno raro na parte ocidental da Amazônia. Comandada por Manaus, a região mantém a forma urbana do passado, numa *urbanização concentrada*, ainda que sedie atividade econômica moderna, mas que ainda não estabeleceu encadeamento produtivo com as demais frações do território amazonense, conforme discutido na seção 2 deste artigo.

Pode-se afirmar que a urbanização desencadeada pelo advento da ZFM no estado do Amazonas é “voltada para trás”, ao ser estabelecida uma analogia e fazer referência à interpretação da economia brasileira de Caio Prado Junior (2011) para a “Formação do Brasil contemporâneo”. Nessa obra, o autor afirma que o *sentido da colonialidade* permanece no Brasil, pois a economia continua “voltada para fora”, ou seja, sua dinâmica é determinada pelo mercado consumidor externo, pela pauta de exportação focada em matérias-primas e produtos semimanufaturados.

No caso da urbanização do Amazonas, embora esteja situada no contexto da industrialização promovida pelo modelo produtivo da ZFM, continuou “voltada para trás”, ou seja, mantendo a primazia urbana e a concentração da urbanização em sua capital estadual, Manaus, condição herdada do ciclo da borracha.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere ao processo de urbanização posto em marcha no estado do Amazonas a partir da década de 1970, foram identificadas várias particularidades em relação ao primeiro momento dessa ocorrência durante o ciclo da borracha. Uma delas é o fato de esta advir de uma industrialização incentivada e centrada na última etapa da produção, com relações incipientes com a região, no bojo de uma estratégia do Estado nacional para incorporação da Amazônia ao desenvolvimento capitalista, este último, em sua etapa de mundialização.

No período 1970–2010 a economia do Amazonas teve como centro dinâmico a atividade produtiva industrial de bens e serviços com alta inovação tecnológica. Contudo, essa atividade industrial caracteriza-se por ser concebida em lugares distantes e externos, situados predominantemente na escala supranacional.

Durante sua vigência, que se estende até os dias atuais, a atividade industrial transplantada pela ZFM para a capital Manaus estabeleceu incipiente relação com a economia regional, cujos insumos para a indústria tenderam a ser buscados em outros lugares, situados na escala nacional/internacional.

As peculiaridades dessa atividade industrial estabeleceram limitações para que o dinamismo econômico promovido pela ZFM transbordasse para outras frações do território amazonense, não incorporando os municípios do interior do estado em uma cadeia produtiva e não impulsionando o desenvolvimento de atividades econômicas de base regional. O aumento crescente da participação de Manaus no PIB estadual, ao mesmo tempo em que ocorria a redução da participação dos demais municípios amazonenses, é fato incontestável. Em uma analogia, todo esse processo transformou Manaus numa *ilha* de desenvolvimento com concentração econômica. Tal situação encontra-se distante de ser rompida enquanto essas condições produtivas forem mantidas.

Por outro lado, do ângulo da dimensão demográfica do Amazonas, diante não apenas do tipo de atividade econômica, mas também das barreiras geofísicas — que impediram o acesso à população extrarregional e facilitaram a migração intra-estadual para a capital amazonense —, os municípios do interior do estado foram sendo esvaziados década após década. Por causa disso,

Manaus passou a concentrar metade da população do estado do Amazonas a partir da década de 1990. A situação persiste até os dias atuais e é indicativa do flagrante esvaziamento demográfico dos demais sessenta e um municípios amazonenses.

Ao mesmo tempo, o advento da ZFM conectou Manaus com o espaço mundial, em particular por abrigar em seu interior empresas representantes de corporações empresariais mundiais, concretizando, em última instância, a produção de um espaço global para o capital (BECKER, 1990), mesmo que, para isso, precisou esvaziar econômica e demograficamente outras frações territoriais do estado amazonense, conforme já referido.

Nessa estratégia desenvolvimentista, a mediação do urbano, tal como preconizou a tese da fronteira (BECKER, 1990), foi imprescindível. O desigual desenvolvimento do Amazonas reforçou ao longo do tempo a primazia urbana de Manaus, evidenciado na ausência de cidades de porte médio, o esvaziamento econômico e de população nos demais municípios amazonenses. A forma primaz da rede urbana que permanece há mais de dois séculos mistura heranças do passado com as novas determinações do presente, culminando numa **urbanização** que é reflexo dessa condição periférica, subordinada e que se mantém **voltada para trás**, para tempos pretéritos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, com o advento da ZFM no Estado do Amazonas em 1967, a partir da relação da industrialização, migração e urbanização, a função atribuída às demais cidades amazonenses foi de fornecedora de mão de obra para as atividades industriais, comerciais e de serviços localizadas no centro hegemônico, a capital do estado, uma vez que, a cada década, aquelas diminuíam sua participação no total da população estadual, bem como sua participação na economia estadual.

Em uma visão geral, a composição da rede urbana do Amazonas é formada por municípios pequenos no quantitativo demográfico, grandes na extensão territorial e com urbanização concentrada em um único município, a capital amazonense. Nesse aspecto, excluindo a capital Manaus, as demais cidades amazonenses têm baixa participação relativa na composição demográfica e no processo de urbanização do estado, apesar de terem ocorrido pequenas e lentas mudanças no período de 1970 a 2010.

Apesar da manutenção da primazia urbana da capital amazonense e do forte e persistente esvaziamento econômico-demográfico, no período analisado, das demais frações do território amazonense, as pequenas e médias cidades do Amazonas insistem em compor o cenário urbano da maior unidade da federação brasileira dando sua contribuição para que o processo de urbanização seja um ângulo fundamental para compreender a realidade amazônica.

Essa rede urbana, conforme visto, foi desenvolvida a partir das ações estatais e do grande capital, e viabilizou a integração da sub-região Amazônia Ocidental, por meio da capital Manaus com a escala nacional, constituindo-se em fração do território dotado de forte dinamismo econômico sob o comando de atividade industrial sem vínculo com a base produtiva regional.

O tipo particular de concentração (econômica, demográfica e de urbanização) alavancado pela ZFM propiciou durante mais de três décadas que Manaus se constituísse em uma “metrópole sem região metropolitana”, somente oficializada como região metropolitana no ano de 2007. A liderança do processo de urbanização no Amazonas potencializou as contradições e desigualdades inerentes ao espaço mais desenvolvido do capitalismo na sub-região Amazônia Ocidental, consolidando-a como metrópole dessa fração do território amazônico, ainda que não tenha rompido a urbanização concentrada herdada do ciclo da borracha. Manaus divide com Belém a posição de metrópole regional.

Em síntese, a urbanização promovida a partir das políticas e projetos desenvolvimentistas e integracionistas afirmou a *tese da fronteira urbana*, mas diferenciando-se intrarregionalmente entre a ocorrida na Amazônia Ocidental e aquela que se deu na Amazônia Oriental. Esta última rompeu com o paradigma da urbanização concentrada na capital estadual (CORRÊA, 1989) ao serem afirmados outros espaços urbanos importantes no estado paraense. A Amazônia Ocidental seguiu afirmando o padrão clássico de urbanização regional, o da primazia urbana, numa urbanização “voltada para trás”, comandada pela capital amazonense Manaus, hoje o espaço mais urbanizado da Amazônia.

A inserção subordinada da região na divisão regional do trabalho, atuando de forma complementar ao centro dominante e, ainda assim, com limitações, impôs à Amazônia o vínculo de apenas algumas partes de seu território à dinâmica de urbanização e desenvolvimento deflagrados na escala nacional. Ao mesmo tempo, outras porções da imensidão de seu território têm fraca relação com esses processos postos nessas escalas mais amplas, o que favoreceu e favorece um processo de urbanização desigual, assim como é a própria dinâmica do modelo produtivo capitalista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCIÃES, Adolpho W. da F. (Coord.). **Avaliação da Zona Franca de Manaus**: subsídios para a formulação de uma política tecnológica. Brasília, DF: CNPq; CAT, 1979.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL– AEB. **1936**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estatística, 1936.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Condensado de informações sobre os Municípios do Estado do Amazonas**. 5. ed. Atual. Manaus: SEPLAN, 2006.

BECKER, Bertha K. Grandes projetos e produção de espaço transnacional: Uma nova estratégia do Estado na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, nº 51, pp. 230-254, 1989.

\_\_\_\_\_. Amazônia. Fronteira e Urbanização repensadas. In: BECKER, Berta K.; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília, DF, UNB; Rio de Janeiro, EdUFRJ, 1990.

\_\_\_\_\_. Amazônia: mudanças estruturais e urbanização. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). **Regiões e cidades**: o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP, 2003. p. 651-656.

\_\_\_\_\_. Articulando o Complexo Urbano e o Complexo Verde na Amazônia. In: **Um Projeto para a Amazônia no Século XXI**: Desafios e Contribuições. Brasília: CGEE, 2009.

BENCHIMOL, Samuel. **Manaus – do – Amazonas**: Memória empresarial. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Universidade do Estado do Amazonas/Associação Comercial do Amazonas, 1994.

\_\_\_\_\_. **Expansão e concentração demográfica**. Manaus: UFAM, 1995. 165 p.

BENTES, Rosalvo Machado. **Zona Franca, Desenvolvimento Regional e o Processo Migratório para Manaus**. In: Migrações Internas na Amazônia: Contribuições teóricas e metodológicas. Belém, UFPA/NAEA, CNPq, 1986. 254 p. Capítulo 8, p. 220-254.

BISPO, Jorge de Souza. **Criação e distribuição de riqueza pela Zona Franca de Manaus**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009. 317 f.

BITOUN, Jan.; ARAÚJO, Tânia Bacelar de.; FERNANDES, Ana Cristina. In: **Tipologia das cidades brasileiras**. BITOUN, Jan.; MIRANDA, Livia (Org.). Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009. 271 p. (Série Conjuntura Urbana, n. 2.)

BOMFIM, R.; BOTELHO, L. **Zona Franca de Manaus: condicionantes do futuro**. Manaus: Valer, 2009.

BRASIL. Governo Federal - **DENIT/Ministério dos Transportes, 2015**. Disponível em: <<https://www.gov.br/dnit/pt-br>>. Acesso em 22 de maio de 2016.

CAETANO, André Junqueira. **Migrações nos municípios das capitais da Região Norte**. Manaus: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. (Textos IESAM, n. 6.)



CAMPOS, Marden Barbosa de. Seletividade e Migração. In: **População, espaço e sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil**. Miguel Bruno (Org.). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2015. Cap. 7, p. 186-201.

CASTRO, Edna, MOURA, Edila A. F., MAIA, Maria Lúcia S. [orgs.]. **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Ed. da UFPA, 1994.

CASTRO, Edna. Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila; MAIA, Maria Lúcia Sá (Org.). **Industrialização e Grandes Projetos. Desorganização e reorganização do espaço**. Belém: UFPA, 1995.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO AMAZONAS – *CODEAMA*. Cidade de Manaus II. **Estudos Específicos**, Manaus, v. 5, n. 37, 74 p., 1969.

CORRÊA, Roberto L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.

\_\_\_\_\_. A periodização da rede urbana da Amazônia. In: \_\_\_\_\_. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

EHNERT, Alexandre Ricardo Von. **A Região metropolitana de Manaus e as migrações pendulares**. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FASE. Exclusão social dos jovens na Região Metropolitana de Belém – RMB. **Relatório de Pesquisa**. Belém: FASE, 2014. (Versão digital).

FONSECA, Vania; CORRÊA, Cleusa Maria. A evolução da população de Manaus. **Revista Acta Amazônica**, Manaus, v. 2, n. 3, dez. 1972. 15 p.

FURTADO, Celso. Interação entre decisões e estruturas. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013. p. 141-152.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Lei Nº 52 de 30 de maio de 2007**. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/.../Legislação%20Regiões%20Metropolitanas/.../Lei%20.>>. Acesso em: 24 out. de 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 59 de 27 de dezembro de 2007**. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/.../Legislação%20Regiões%20Metropolitanas/.../Lei%20.>>. Acesso em: 24 out. de 2014.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia: os grandes projetos – a questão ambiental: problemas e propostas**. Belém: Edufpa, 2004. V. 3.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Normas de Apresentação Tabular**. Rio de Janeiro, IBGE, 1993, p. 18, 8a Edição.

\_\_\_\_\_. **Sinopse preliminar do censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 1–5, 2000.



- \_\_\_\_\_. **Regiões de influência das cidades – REGIC**. Rio de Janeiro, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Manual técnico de geomorfologia**. Rio de Janeiro, IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 2009, 182 p., 2ª edição.
- \_\_\_\_\_. **Sinopse do censo 2010**. Rio de Janeiro, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2010**. Rio de Janeiro, Contas Nacionais, n. 39, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Redes e fluxos do território: ligações aéreas**. Rio de Janeiro, 2013.
- \_\_\_\_\_. **MUNIC. Perfil dos municípios brasileiros. Gestão pública**. 2001. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2001/default.shtm>>. Acesso em: 2 jan. 2015.
- \_\_\_\_\_. Nota Técnica da **Logística dos transportes no Brasil**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em <[https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/redes\\_e\\_fluxos\\_geograficos/logistica\\_dos\\_transportes/Nota\\_tecnica\\_da\\_Logistica\\_dos\\_Transportes\\_no\\_Brasil\\_2014\\_20191031.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/redes_e_fluxos_geograficos/logistica_dos_transportes/Nota_tecnica_da_Logistica_dos_Transportes_no_Brasil_2014_20191031.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- \_\_\_\_\_. **Contas regionais do Brasil 2012**. Rio de Janeiro, Contas Nacionais, n. 42, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Censos demográficos. Banco de dados SIDRA**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 24 out. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE**. Disponível em: <[cidades.ibge.gov.br](http://cidades.ibge.gov.br)>. Acesso em: 27 set. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Séries históricas**. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=7&op=0&vcodigo=PD351&t=populacao-10-anos-mais-idade-ocupada>>. Acesso em: 4 set. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto do Municípios 2016**. Rio de Janeiro, 2018.
- LEAL, Aluizio Lins.; SÁ, Maria Elvira Rocha.; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho.; CARDOSO, Welson de Sousa. Produção mineral no estado do Pará e reflexos na (re)produção da miséria: Barcarena, Marabá e Parauapebas. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 16, n. 1, p. 157-167, jan./jun. 2012.
- LIRA, Sérgio Roberto Bacury. **Morte e Ressurreição da SUDAM**. 2005. 239 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) — Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
- MELO, Mário Lacerda de; MOURA, Helio A. **Migrações para Manaus**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1990.
- MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 183 p.

MENDONÇA, Mauricio Brilhante de. **O Processo de Decisão Política e a Zona Franca de Manaus**. São Paulo, Tese de Doutorado (CDAPG) — Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2013. 290 f.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis — SPG. **Boletim anual do Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural** – DEPG, 2ª edição. 2015.

OLIVEIRA, Francisco. A reconquista da Amazônia. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, ed. 38, v. 1, mar. 1994.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Amazonas: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (Séc. XVII ao XX). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia**, Belém, v. 4, n. 1, p. :65-115, jul. 1988.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000. 224 p.

\_\_\_\_\_. As cidades da natureza, a natureza das cidades e o controle do território. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 13., 2014, Barcelona. **Colóquio...** Barcelona, 2014. El control del espacio y los espacios de control. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2014.

PEREIRA, Deusamir. **Amazônia insustentável: Zona Franca de Manaus: estudo e análise**. Manaus: Valer, 2006. 162 p.

PEREIRA, José Carlos Matos. **Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira**. 2012. 256 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PINTO, Renan Freitas. **Como se produzem as zonas francas: em trabalho e produção capitalista**. Belém: UFPA: NAEA, 1987. p. 19-38. (Série Seminários e Debates, n. 13.)

PINTO, Antônia Gomes Neta *et al.* As grandes enchentes do Amazonas, na década de 1970, e sua associação com a migração para Manaus. In: SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO E CIÊNCIA., 2009, Tabatinga, AM. **Anais .....** Tabatinga, AM, 2009. Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/livro/tabatinga/resumos/134.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização**. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 271 p.

PORTAL AMAZÔNIA (2007). **Criação da Região Metropolitana garante melhoria de vida ao Amazonas**. Manaus, 24 de maio de 2007. Disponível em <<http://portalamazonia.globo.com/pscript/noticias/noticias.php?pag=old&idN=52937>>. Acessado em 30/11/2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. Introdução e sentido da colonização. In:\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 14-29.



RIBEIRO, Miguel Angelo. A rede urbana amazônica: da rede dendrítica à configuração de uma rede urbana complexa. In: SPOSITO, Maria da Encarnação B. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP. 2001. p. 369-389.

ROCHA, Augusto César Barreto. Infraestrutura de transporte para desenvolver o Amazonas. In: ARCE, Belisário (Org.). **Desafios logísticos na Amazônia Continental**. Manaus: Associação Panamazônia, 2014. 185 p. p. 23-45.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Taís de Freitas. Características da urbanização recente no estado do Amazonas. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 13, n. 1, jan./jun. p. 113-126, 1997.

SANTOS, Fabiano Vilaça. O Governo das conquistas do Norte – trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). São Paulo: Annablume, 2011.

SERÁFICO, Marcelo. **Globalização e empresariado local: estudo sobre a Zona Franca de Manaus**. São Paulo: Annablume, 2011. 264 p.

SCHERER, Elenise. **Baixa nas carteiras: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus**. Manaus: EDUA, 2005. 159 p.

SIQUEIRA, Hipólita. **Desenvolvimento regional recente no Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SOUSA, Norma M. B. de. **Indicadores sociais no Amazonas: contrastes na urbanização da capital e do interior**. Manaus: Muiraquitã, 2008. 56 p.

\_\_\_\_\_. **Manaus: realidade e contrastes sociais**. 2. ed. Manaus: Valer; Caritas, 2014. 194 p.

SUFRAMA. **COISE/CGPRO/SAP**. Disponível em: <[http://www.suframa.gov.br/zfm\\_indicadores\\_do\\_pim.cfm](http://www.suframa.gov.br/zfm_indicadores_do_pim.cfm)>. Acesso maio/2016.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro. A metropolização da fronteira. In: \_\_\_\_\_. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamento em Belém e a Reestruturação Metropolitana**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. **Geografares**, Vitória, v. 1, n. 1, jun. 2000.

\_\_\_\_\_. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista IEB**, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010.

VALLE, Izabel. **Globalização e reestruturação produtiva: um estudo sobre a produção offshore em Manaus**. Manaus: UFAM, 2007. 254 p.

VEIGA, José E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano que se calcula. Campinas, Autores Associados, 2002. p. 31-66.

**Sobre a autora:**

**Norma Maria Bentes de Sousa**

Assistente Social, Mestre e Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Manaus, AM, Brasil

Lattes:<http://lattes.cnpq.br/1383808491474419> Orcid:<https://orcid.org/0000-0001-9544-2765>

E-mail:[bentesn@hotmail.com](mailto:bentesn@hotmail.com)

